

# Faculdade de Serviço Social

Ano XV Nºs 30/31  
Campinas 2007

# **CADERNOS DE SERVIÇO SOCIAL**



# PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

## **GRÃO-CHANCELER**

Dom Bruno Gamberini

## **MAGNÍFICO REITOR**

Prof. Pe. Wilson Denadai

## **VICE-REITORA**

Prof<sup>ª</sup> Angela de Mendonça Engelbrecht

## **PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

Prof. Germano Rigacci Júnior

## **PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Prof<sup>ª</sup> Vera Engler Cury

## **PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS**

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

## **PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Prof. Marco Antonio Carnio

## **DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

Prof<sup>ª</sup> Vera Lúcia de Carvalho Machado

## **DIRETORA DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

Prof<sup>ª</sup> Vânia Maria Caio

## **COORDENADORA DO CONSELHO EDITORIAL**

Prof<sup>ª</sup> Sandra Corrêa Forster Joanini

## **MEMBROS DO CONSELHO EDITORIAL**

Prof<sup>ª</sup> Eidinê Corsi de Arias PUC-Campinas

Prof<sup>ª</sup> Jeanete Liasch Martins de Sá PUC-Campinas

Prof<sup>ª</sup> Maria Carmen Teixeira Fernandes PUC-Campinas

Prof<sup>ª</sup> Maria de Fátima Campos França UNICAMP

Prof<sup>ª</sup> Mathilde Andery Burlamaqui da Silva PUC-Campinas

Prof<sup>ª</sup> Mirian Faury PUC-Campinas

Prof<sup>ª</sup> Patrícia Vieira Trópia PUC-Campinas

**Centro de Ciências Sociais Aplicadas**  
**Faculdade de Serviço Social**

**CADERNOS DE**  
**SERVIÇO SOCIAL**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e  
Informação - SBI - PUC-Campinas

Cadernos de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas . Faculdade de Serviço Social.  
Campinas, SP, Ano I n.1 (1991) -

Ano XV n.30/31 jan./dez. 2007

Semestral

Resumo em Português

ISSN 1415-1650

1. Serviço social – Periódicos. 2. Assistência social – Periódicos.  
I. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Sociais  
Aplicadas. Faculdade de Serviço Social.

CDD 360

# ÍNDICE

Editorial .....	5
Participação democrática na construção de políticas sociais públicas de trabalho .....	7
Karen Eidelwein	
Identidade e trabalho na sociedade capitalista .....	23
Cátia Sagabinazzi	
Compreendendo os meandros de políticas de emprego e renda .....	45
Ana Lúcia da Silva Garcia	
Elizete Alvarenga Pereira	
Consultoria em Serviço Social, um novo espaço profissional .....	57
Iara Portella Polvari	
Mirian Faury	
Políticas para a infância de 0 a 6: os desafios da LDB para a garantia de direitos sociais .....	67
Ana Paula Tatagiba	
Algumas notas sobre a violência contra jovens e a criminalização da pobreza .....	87
Celeste Anunciata Baptista Dias Moreira	
Nívia Valença Barros	
Kelly Murat Duarte	
Larissa Costa Murad	
Diana Amaral de Lima	
Serviço Social: uma visão na área jurídica sobre Estudo Social .....	97
Gildecio Batista Alves Pinheiro	



## EDITORIAL

Este número da Revista Cadernos de Serviço Social contém cinco interessantes artigos que tratam das categorias trabalho, renda, espaço profissional do serviço social, democracia e participação social. Dois outros textos discorrem sobre a infância e juventude salientando os desafios para garantir a proteção e os direitos sociais desses segmentos. Por último, dados sobre a importância do Estudo Social na área jurídica.

Especificamente, o primeiro artigo trata dos efeitos sociais das transformações do mundo contemporâneo nas relações de trabalho e a participação dos trabalhadores na construção de políticas públicas.

Na seqüência, discute-se a trajetória das políticas públicas de emprego e renda e o Conselho Municipal de Emprego como espaço democrático na implementação de novas políticas.

O terceiro texto reflete sobre o sentido do trabalho na sociedade capitalista, suas articulações e contradições.

Frente às transformações do mundo do trabalho o tema Consultoria em Serviço Social enfatiza um novo espaço ocupacional para o assistente social.

O relato sobre o trabalho das educadoras de creches públicas cariocas traz, à tona, os desafios da LDB para a garantia dos direitos sociais da infância.

Outro tema interessante refere-se às considerações sobre a violência contra jovens e a criminalização da pobreza na atual conjuntura.

Por último, um relato do serviço social junto à Vara da Infância e Juventude abordando o Estudo Social na área jurídica.

Esperamos que a publicação desses artigos possa contribuir para a ampliação do debate na academia e na sociedade.

Profª. Sandra Corrêa Forster Joanini  
Coordenadora do Conselho Editorial



# Participação democrática na construção de Políticas Sociais Públicas de trabalho<sup>1</sup>

## *Democratic participation in the construction of Public Social Politics of work*

Karen EIDELWEIN<sup>2</sup>

### RESUMO

As transformações contemporâneas nas relações de trabalho têm gerado uma série de efeitos sociais, tais como: o aumento do número de pessoas desempregadas diante do desemprego estrutural. Ao pensar nas estratégias dos trabalhadores para conseguirem um lugar nas relações de trocas econômicas no mercado, interessa destacar as organizações de economia popular solidária. Esse contexto implica que os trabalhadores participem de forma diferenciada daquela vivenciada através da relação de emprego. Diante disso, identificam-se limites de participação democrática dos trabalhadores que podem ser compreendidos considerando-se a formação histórico-cultural brasileira. Porém, o movimento de

---

<sup>1</sup> Artigo elaborado a partir da realização da disciplina: "Tópicos Avançados em Serviço Social I: Conceitos e Configurações das Políticas Sociais na Sociedade Capitalista", ministrada pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Berenice Rojas Couto, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Doutorado, da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, em 2006/1.

<sup>2</sup> Psicóloga; Mestre em Psicologia Social e Institucional/UFRGS; Doutoranda em Serviço Social/PUCRS; Bolsista integral CAPES e Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais e Processos de Trabalho do Assistente Social (NEPsTAS), coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Glenny Guimarães. E-mail: <karen@openbit.com.br>.

"abertura política" e a Constituição de 1988 podem significar marcos de uma nova era na direção da ampliação da participação democrática da sociedade. Nesse contexto, cabe pensar a participação democrática da população na formulação de políticas sociais públicas especialmente no campo do trabalho que extrapolem a questão do emprego e se voltem para a perspectiva da economia popular solidária como alternativa quando se pretende alcançar mudanças estruturais.

**Palavras-chave:** participação democrática, políticas sociais públicas, trabalho.

### ABSTRACT

*The contemporaneous transformation in the work connections has been originate a succession of social effects as the increase of unemployed people numbers in front the structural unemployment. Thinking in the workers strategies to rich a place in the economical chancing relations, the main focus is in the solidary popular economy organization. This context involves the workers to act differently from that experienced through work relation, identifying democratically limits of participation workers that can be understood considering the brazilian cultural-history formation. But, the "political opening" and the 1988 Constitution can represent new ways in the more democratic participation society. Based on this, it is important to think the people democratic participation in the public social politics constructions especially in work area. So public social politics that overstep the question of job and turn on the perspective of solidary popular economy could be thought as alternative when structural changes is clamming.*

**Keywords:** democratic participation, public social politics, work.

### INTRODUÇÃO

As mudanças contemporâneas no campo das relações de trabalho, decorrentes de processos de reestruturação produtiva, a partir do qual o modelo de Produção Flexível passou a se instituir em contraposição ao modo de produção Taylorista-Fordista até então vigente, têm como efeitos: aumento do número de desempregados; exigência de novas habilidades e conhecimentos por parte dos trabalhadores; desregulamentação das leis do trabalho; fragmentação da classe trabalhadora dentre outros. Os adventos das Revoluções Industriais

foram contribuindo para transformar o processo de acumulação capitalista que se reproduz cada vez mais pela via da mais-valia relativa em detrimento da absoluta. Junto a isso, a crise econômica do início da década de 70 do século XX reacendeu as idéias (neo)liberais, inicialmente nos EUA e na Inglaterra, que haviam sofrido uma retração a partir da II Guerra Mundial em função da criação de modelos de Estados de Bem-Estar Social no Primeiro Mundo inspirados nas idéias keynesianas.

O desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação, aliado à necessidade de mudanças econômicas que garantissem a (re)produção do capital, subsidiado em um conjunto de idéias (neo)liberais, pode ser considerado um processo histórico que da forma como vem sendo apropriado pelos coletivos humanos compõe a base das transformações nas relações de trabalho em vários pontos do planeta, guardadas as peculiaridades de cada região e país. Cabe destacar que tais mudanças econômicas e políticas também são acompanhadas por mudanças culturais e sociais. Neste sentido, pode-se pensar que a adoção de um modelo de produção flexível<sup>3</sup>, marcado pela velocidade na execução das tarefas, a qual reconfigura a relação dos trabalhadores com o tempo e o espaço, caracteriza a passagem do capitalismo organizado para o desorganizado, dentro de uma cultura denominada de pós-moderna. (HARVEY, 1993).

Conforme Jameson, o pós-modernismo é a lógica cultural do capitalismo avançado. Seguindo Mandel, passamos para uma nova era a partir do início dos anos 60, quando a produção da cultura 'tornou-se integrada à produção de mercadorias em geral: a frenética urgência de produzir novas ondas de bens com aparência cada vez mais nova, em taxas de transferência cada vez maiores, agora atribui uma função estrutural cada vez mais essencial à inovação e à experimentação estéticas'. (Ibidem, p.65)

A integração das relações sociais que se situam fora dos ambientes de trabalho à lógica da produção de mercadorias contribuiu para processos de produção subjetiva que se expressam em novos modos

---

<sup>3</sup> Interessante ver na obra de Harvey (1993), o contraste entre o Fordismo e a Acumulação Flexível, segundo Swyngedouw, no que tange ao processo de produção, ao trabalho, ao espaço, ao Estado e à ideologia.

de pensar, sentir, se relacionar, viver, diferentes dos existentes ao longo da sociedade industrial. A produção de subjetividades ocorre a partir de uma imbricada rede de relações entre diferentes instituições sociais (família; religião; divisão do trabalho; linguagem; justiça, mídia)<sup>4</sup> que têm como principal função a manutenção do *status quo*. Como resultado dos processos de produção subjetiva, chama atenção a força com que o individualismo é retomado no contexto neoliberal atual. Inclusive Fiori (1998, p.212) ao perguntar “Qual a originalidade do novo liberalismo deste fim de século XX, com relação ao velho liberalismo nascido e formulado primeiramente no século XVIII e depois reformulado em várias claves durante o século XIX?”, destaca como uma das diferenças que singularizam o liberalismo atual a pretensão explícita do mesmo em se formalizar enquanto um “individualismo metodológico”. Vive-se um período histórico onde se busca potencializar o indivíduo ao máximo (você quer, você pode; querer é poder), dentro de um modelo econômico, político, social e cultural no qual o sujeito é cada vez mais responsabilizado individualmente por seus sucessos ou fracassos, por manter-se empregado ou na condição de desemprego; por possuir maior ou menor escolaridade; por apresentar qualificação para o trabalho ou não. Afinal, de acordo com o discurso em voga, as oportunidades existem para todos que souberem aproveitá-las.

A atual política de Estado liberal típico, como nos casos dos EUA, Canadá e Inglaterra, organiza-se em torno da mercantilização dos bens sociais e da satisfação que deles possa ser obtida. Situação que se expressa na garantia de um nível mínimo de bem-estar, preferencialmente, às pessoas comprovadamente pobres; e na subordinação dos bens sociais à lógica do lucro, implicando em um peso maior da produção e administração privada sobre educação, saúde, pensões, etc. (LAURELL, 2002). Junto a isso, a retração do mercado de trabalho formal, diante de um quadro de desemprego estrutural, tem contribuído para a constituição de uma nova classe-que-vive-do-trabalho<sup>5</sup> e para a expansão do chamado “Terceiro Setor”

---

<sup>4</sup> “As instituições são lógicas, são árvores de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser *leis*, podem ser *normas* e, quando não estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser *pautas*, regularidades de comportamentos. Alguns autores sustentam que *leis*, *normas* e *pautas* são objetificações de valores.” (BAREMBLITT, 1992, p.27).

<sup>5</sup> Conforme Antunes (2004), a classe-que-vive-do-trabalho compreende a totalidade dos assalariados, não só os trabalhadores manuais diretos, mas, também, a totalidade do trabalho social e coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. Incorpora o núcleo central do proletariado industrial; os trabalhadores dos setores produtivos nos serviços; os trabalhadores improdutivos; o proletariado rural; o proletariado precarizado; o proletariado moderno, fabril e de serviços *part-time*; a totalidade dos trabalhadores desempregados.

[...] assumindo uma forma alternativa de ocupação, por intermédio de empresas de perfil comunitários, abarcando um amplo leque de atividades, nas quais predominam aquelas de caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos<sup>6</sup> e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado. (ANTUNES; ALVES, 2004, p.339).

Além de incorporar trabalhadores que se encontram fora do mercado de trabalho formal, o Terceiro Setor desenvolve ações que acabam por suprir algumas lacunas oriundas do desmonte dos Estados de Bem-Estar Social, exercendo um papel funcional ao mercado. Em que pese o fato das organizações que o compõem, em sua maioria, agirem à margem da lógica mercantil, as mesmas não se apresentam como alternativa capaz de substituir a sociedade capitalista (e nem parecem ter essa pretensão)<sup>6</sup>. (ANTUNES; ALVES, 2004, p.339).

Considerando o exposto até aqui, interessa pensar em formas de organização dos trabalhadores que possam ser compreendidas como estratégias de resistência e enfrentamento a todo o contexto descrito. Nesta direção se destacam as organizações de Economia Popular Solidária<sup>7</sup> (EPS). Os empreendimentos solidários se estruturam a partir de um modo de produção e organização do trabalho que visa romper com a lógica do mercado, contribuindo, quem sabe, para a construção de um outro mundo possível a partir de ações voltadas para a autogestão dos coletivos e para um desenvolvimento sustentável e solidário. Entretanto, há que se considerar que surgem dentro do próprio sistema capitalista e, desta forma, participam do processo de (re)produção do capital, assim como, operam de maneira funcional ao sistema na medida em que acolhem trabalhadores desempregados e em que cumprem a máxima determinação do ideário neoliberal de que cada um deve organizar-se para garantir suas condições de existência.

O interesse pelas organizações de EPS decorre de experiências de estudo e pesquisa<sup>8</sup> junto a grupos inseridos nesse contexto que

<sup>6</sup> Entretanto, dependendo do projeto político que possuem, podem operar como espaços de articulação de forças capazes de lutar por uma sociedade menos desigual.

<sup>7</sup> "Economia solidária popular [...] resume o conjunto de designações com as quais os estudiosos do cooperativismo vêm trabalhando. [...] Esse alargamento da compreensão do termo *solidária* para abarcar o trabalho cooperativo, do mais simples ao mais complexo, é restringido pelo termo *popular*, que traz implícitos dois elementos: a gestão dos processos de trabalho e a classe social que identifica os sujeitos sociais associados em cooperativas ou para outras modalidades de trabalho cooperado." (RIBEIRO, 2002, p.94).

<sup>8</sup> Maiores informações sobre a pesquisa e seus resultados podem ser obtidas no artigo de FAVERO, Eveline e EIDELWEIN, Karen. Psicologia e Cooperativismo Solidário: possíveis (des)encontros. Psicologia & Sociedade, Porto Alegre, vol.16, n°3, p.35-40, set./dez., 2004.

permitiram atentar para um aspecto fundamental dentro das organizações que se propõem serem cooperativas e solidárias: a necessidade de um processo de formação para as pessoas e os grupos que visam trabalhar dentro dessa proposta. “A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada *igualmente* pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a *associação* entre iguais em vez do contrato entre desiguais.” (SINGER, 2002, p.09). Em uma cooperativa de produção, todos os sócios têm a mesma parcela de capital, adquirindo o mesmo direito de voto em todas as decisões. No caso da existência de diretores, esses são eleitos por todos os sócios e respondem a eles por seus atos. Não há uma relação patrão-empregado. “E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, [...], todos ganham por igual. Se ela for mal, [...], todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos.” (SINGER, 2002, p.09-10).

Observa-se, então, a existência de uma outra lógica e racionalidade distintas das que orientam as relações de mercado. Muitas das pessoas que se inserem em projetos de EPS já vivenciaram relações de trabalho dentro do modelo dominante, cuja lógica encontra-se espalhada nas mais diferentes instituições sociais<sup>9</sup>. Desta forma, a (re)produção de comportamentos e idéias características das relações de emprego muitas vezes se fazem presentes dificultando a adesão à nova proposta. Foi possível averiguar a necessidade de maior informação e esclarecimento sobre o trabalho cooperativo, bem como, a discussão dos seus princípios. Entretanto, o aspecto que mais chamou a atenção foi com relação à participação dos trabalhadores cooperativados nos grupos de trabalho e nas assembleias gerais. O que se entende por participação dentro da perspectiva da EPS? Qual a importância da participação dos trabalhadores na construção e no alcance dos objetivos do coletivo? Quais as formas possíveis de participação? Como se aprende a participar, considerando que todos são donos do próprio negócio e, portanto, devem assumir as responsabilidades de maneira equitativa? Na experiência acompanhada o que se pôde verificar foi uma relação de dependência dos grupos cooperativados com as pessoas

---

<sup>9</sup> Desde muito cedo os sujeitos são “orientados” a desenvolverem as habilidades necessárias ao mundo do trabalho, tanto dentro do grupo familiar, como na escola. Interessante ver as idéias de Enguita (1989) sobre as relações de aprendizagem dentro das escolas de “massa” para um mercado de produção em “massa”.

que assumiam funções diretivas e/ou de coordenação<sup>10</sup>. Situação que leva a pensar sobre a histórica inexperiência democrática do povo brasileiro, desde a época da colonização portuguesa (FREIRE, 1980) e que servirá como elemento para centrar a discussão em torno da participação democrática no Brasil e suas repercussões na construção de políticas sociais públicas voltadas ao campo do trabalho.

## PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL

De acordo com idéias de Freire (1980), os analistas da formação histórico-cultural no Brasil referem a ausência das condições necessárias ao desenvolvimento de um comportamento participante na sociedade brasileira. A possibilidade de desenvolver experiências de autogoverno, um exercício da democracia, sempre esteve distante. O Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas.

O sentido marcante de nossa colonização, fortemente predatória, à base da exploração econômica do grande domínio, em que o 'poder do senhor' se alongava 'das terras às gentes também' e do trabalho escravo inicialmente do nativo e posteriormente do africano, não teria criado condições necessárias ao desenvolvimento de uma mentalidade permeável, flexível, característica do clima cultural democrático, no homem brasileiro. (FREIRE, 1980, p.66-67).

A existência de grandes propriedades de terras, distantes umas das outras, fazia com que os escravos e servos acabassem dependendo da 'proteção' de seus senhores para garantirem suas condições de vida. Situação que contribuiu para a construção de um sentimento de dependência e necessidade de proteção, "criando as condições objetivas da ideologia do favor, [...] pode-se indicar que quando a relação de trabalho está baseada na submissão e no compadrio, elimina-se a possibilidade

---

<sup>10</sup> Ver artigo de FAVERO, Eveline e EIDELWEIN, Karen. Repensando saberes e construindo intervenções em Psicologia Social Comunitária: a feira de produtores enquanto espaço de encontro e reflexão. Revista Temas Sociais em Expressão, Frederico Westphalen, vol.6, n°6, p.75-97, maio, 2007.

de uma relação livre e de cidadania". (COUTO, 2006, p.78-79). Tal fato é interessante de observar ao considerar-se o processo de fim da escravatura, a partir do qual muitos escravos acabaram permanecendo nas fazendas por não terem outra oportunidade de trabalho e/ou ficarem sem saber o que fazer diante da nova condição de trabalhadores "livres".

Uma outra característica decorrente da formação histórico-cultural do país foi a falta de diálogo entre as classes dominantes e as subalternas, corroborando para o desenvolvimento daquilo que se pode chamar de 'mutismo brasileiro'. Diante de relações de poder marcadas pelo autoritarismo, submissão e subserviência, o mutismo se refere à ausência de respostas de teor crítico por parte da população. (FREIRE, 1980).

Durante o período da Colônia e do Império, os movimentos sociais existentes na época "restringiam-se em discutir a dependência econômica da Coroa e os pesados tributos que o fisco impunha". (COUTO, 2006, p.80-81). De alguma forma, apesar das dificuldades de organização que encontravam, em função da distância geográfica e da representatividade que ficava restrita a determinados segmentos sociais, tais movimentos podem ser considerados como "embriões de grupos que questionavam o poder absoluto da Coroa portuguesa de regular a vida econômica e social brasileira." (Ibidem).

O Brasil alcançou sua independência em 1822, como decorrência da organização de grupos que defendiam esse processo e estavam vinculados a D. Pedro I. Em 1824 foi promulgada a 1ª Constituição, em consonância com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, introduzindo o país no campo dos direitos civis e políticos, mas com limitações. O reconhecimento de direitos sociais só começou a se estruturar a partir do trabalho dos imigrantes europeus, sendo administrados pela elite dominante como concessões. Em 1891 uma nova Constituição foi elaborada, destacando algumas condições indicativas da presença de direitos civis, políticos e sociais.

De 1891 até os dias atuais, o Brasil teve seis Constituições Nacionais que entre avanços e retrocessos democráticos ampliaram em seus textos o campo dos direitos civis, políticos e sociais. Neste ponto questionam-se as formas de participação da sociedade civil na construção dos referidos direitos. Quais mecanismos foram disponibilizados e/ou construídos e de que modo foram apropriados

pela população na perspectiva de discutir sobre seus interesses, necessidades e desejos a serem contemplados nos textos constitucionais?

O que se observa ao longo da história brasileira, em que pese a ampliação de espaços de interlocução entre Estado e Sociedade Civil, são textos constitucionais “*para inglês ver*” uma vez que operavam de maneira seletiva e diferenciada com relação a determinados grupos sociais contribuindo para a manutenção do poder decisório nas mãos de representantes de famílias das antigas oligarquias rurais e/ou urbanas. Entretanto, a “abertura democrática” do início dos anos 80 do século XX e a Constituição Federal de 1988 talvez possam ser consideradas marcos de referência, decorrentes de uma maior organização da sociedade em torno de questões fundamentais, que inauguram uma nova era em torno da construção de formas participativas mais democráticas.

Ao se analisar o processo de desenvolvimento histórico-cultural brasileiro, não se pode apontar a ausência de participação da população. A convivência em sociedade implica em relacionar-se, estabelecer trocas (materiais e simbólicas), realizar ações na direção da (re)produção das condições materiais de existência. Portanto, a participação encontra-se sempre presente. O que se questiona, então, é a qualidade dessa participação<sup>11</sup>. A partir de quais lógicas e interesses ela se configura?

Dentro do modo de produção capitalista, assim como à época do escravismo e do servilismo, a participação ocorre na perspectiva da subsunção aos interesses dominantes. À medida que o capital necessita reajustar-se para garantir a sua continuidade enquanto sistema, novas exigências ou possibilidades de participação são instituídas. Basta se comparar como os trabalhadores eram convocados a participar do processo produtivo dentro de um modelo Taylorista-Fordista e como são convocados atualmente dentro da produção flexível. O fim continua sendo o mesmo, porém os meios apresentam-se muito mais atrativos do que até então.

Se o fordismo expropriou e transferiu o *savoir-faire* do operário para a esfera da gerência científica, para os níveis

---

<sup>11</sup> Nogueira (2004) refere-se a diferentes categorias de participação: institucionalizada ou 'movimentista'; direta ou indireta; focada na decisão ou na expressão; efetiva ou simbólica. Também caracteriza alguns tipos: assistencialista, corporativa, eleitoral, política, cidadã e gerencial.

de elaboração, o toyotismo tende a re-transferi-lo para a força de trabalho, mas o faz visando a apropriar-se crescentemente da sua dimensão intelectual, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária. (ANTUNES; ALVES, 2004, p.346-347).

Em que momento os sujeitos aprendem que fazem parte de um grupo e, portanto, devem participar assumindo responsabilidades, mas, também, possuindo direitos? Quais as formas de se aprender a ser participante? Talvez possa se dizer que se tornar participante faz parte de um processo de produção de subjetividade que como aqui já referido se constrói a partir da imbricada rede de relações institucionais nas quais os sujeitos encontram-se inseridos e as quais são responsáveis por construir. Aprender a ser participante é um processo que atravessa as relações familiares, educacionais, jurídicas, culturais, econômicas e políticas. Relações que estão voltadas para a (re)produção e manutenção do instituído, mas que carregam em si a força do instituinte como expressão dos movimentos de resistência decorrentes de relações de poder desiguais e de interesses e desejos distintos diante dos diferentes lugares sociais ocupados pelos sujeitos.

Desta forma, interessa pensar na direção da construção de possibilidades de participação democrática que implicam no desenvolvimento da capacidade de escuta e expressão; da aceitação de pontos-de-vista contrários; do reconhecimento de que todas as pessoas são sujeitos de direitos; do respeito pelas diferenças de sexo, raça, gênero, culturas; tendo como perspectiva a construção de uma sociedade menos desigual e excludente. Neste sentido, o campo das políticas sociais pode se apresentar como um espaço importante de exercício democrático a partir das contradições que o compõem.

## **POLÍTICAS SOCIAIS DE TRABALHO**

As políticas sociais podem ser compreendidas de forma ampla como “o conjunto de medidas e instituições que têm por objeto o bem-estar e os serviços sociais.” (LAURELL, 2002, p.153). Nesta perspectiva faz-se referência aos Estados de Bem-Estar Social (EBES), consolidados

após a II Guerra Mundial, em torno dos quais elas se articulam, uma vez que esses se apresentam como os principais fomentadores de tais políticas dentro do processo de (re)produção do capital. Isso não quer dizer que todas as políticas sociais sejam do âmbito público estatal, ainda mais quando se considera o contexto neoliberal atual de desregulamentação dos EBES em vários países, onde a sociedade civil tem sido convocada a construir, propor, implementar, desenvolver e avaliar políticas sociais que atendam as necessidades das populações em situação de vulnerabilidade social.

Para fins deste artigo, centrar-se-á a discussão nas atuais políticas sociais públicas brasileiras voltadas ao trabalho. Tal opção deve-se ao entendimento de que, a partir do momento em que as relações de mercado se sobrepõem às relações sociais (POLANYI, 2000), os efeitos das transformações econômicas e políticas vivenciadas no campo do trabalho afetam diretamente as demais políticas sociais públicas de seguridade social e educação.

Ao se buscar informações sobre as políticas públicas de trabalho encontram-se como referências: a Política Pública de Qualificação<sup>12</sup> e a de Aprendizagem Profissional<sup>13</sup>. Outras referências que merecem destaque são: o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento<sup>14</sup>, o Programa Nacional de estímulo ao Primeiro Emprego<sup>15</sup> e o Fórum Nacional do Trabalho<sup>16</sup>. Ao procurar compreender a diferença entre Política

<sup>12</sup> Está desafiada a assumir nova perspectiva frente às diretrizes do novo Plano Plurianual – PPA 2004-2007, que apontam para um modelo de desenvolvimento de longo prazo, para muito além de 2007, destinado a promover profundas transformações estruturais na sociedade brasileira. A ampliação da participação da sociedade na construção do PPA é um dos mais importantes aspectos que o caracterizam e diferenciam de procedimentos anteriores. Disponível em [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br) acesso em 18 de julho de 2006.

<sup>13</sup> É uma política pública de caráter permanente, que reúne a qualificação e a inserção em uma única ação. Ela é determinada pela Lei 10.097/2000, que foi regulamentada pelo Decreto 5.598/2005, e estabelece a obrigatoriedade de estabelecimentos de médio e grande porte, de contratarem jovens entre 14 e 24 anos como aprendizes. A carga horária desse jovem será dividida entre a empresa e uma instituição de qualificação que ministrará curso de aprendizagem. Tem como objetivo a qualificação sócio-profissional e inserção desses jovens no mercado formal de trabalho. Disponível em [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br) acesso em 18 de julho de 2006.

<sup>14</sup> Promove o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário. Disponível em [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br) acesso em 18 de julho de 2006.

<sup>15</sup> É um compromisso do Governo Federal com a sociedade brasileira para o combate à pobreza e à exclusão social, integrando as políticas públicas de emprego e renda a uma política de investimentos públicos e privados geradora de mais e melhores empregos. O objetivo do PNPE é contribuir para a geração de oportunidades de trabalho decente para a juventude brasileira, mobilizando o governo e a sociedade para a construção conjunta de uma Política Nacional de Trabalho Decente para a Juventude. Disponível em [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br) acesso em 18 de julho de 2006.

<sup>16</sup> Tem por objetivo, promover a democratização das relações de trabalho por meio da adoção de um modelo de organização sindical baseado em liberdade e autonomia. Atualizar a legislação do trabalho e torná-la mais compatível com as novas exigências do desenvolvimento nacional, de maneira a criar um ambiente propício à geração de emprego e renda. [...] pretende, ainda, modernizar as instituições de regulação do trabalho, especialmente a Justiça do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego; Estimular o diálogo e o tripartidarismo e assegurar a justiça social no âmbito das leis trabalhistas, da solução de conflitos e das garantias sindicais; [...] é composto de forma tripartite, conforme procedimentos adotados pela Organização Internacional do Trabalho – OIT. Disponível em [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br) acesso em 18 de julho de 2006.

e Programa parte-se da idéia que a primeira refere-se a um conjunto de intencionalidades e práticas concretas que tem uma “certa continuidade no tempo e significação geográfica que ultrapasse os limites das experiências micro-regionais.” (RESENDE, 2000, p.16); enquanto que programa carrega uma noção de algo que vem pronto, por escrito, e que propõe às pessoas de que forma devem executá-lo. (LANCETTI, s/d).

Em que pese as limitações na capacidade de analisar o processo de construção das políticas e programas referidos, algumas questões merecem destaque. Em tempos de diminuição dos postos de empregos formais, em decorrência do desemprego estrutural irreversível, a política social do Governo encontra-se centrada na qualificação profissional e na relação de emprego, a forma instituída de trabalho ao longo da sociedade industrial. Fato compreensível se for considerado que foi através desse tipo de relação de trabalho que os trabalhadores conseguiram conquistas importantes com o objetivo de melhorarem suas condições de (re)produção enquanto classe trabalhadora. Porém cabe questionar: quando se fala em qualificação vinculada à perspectiva de mudança estrutural, certamente não se deve estar fazendo referência somente à qualificação do trabalhador para alcançar a possibilidade de (re)ingresso no mercado de trabalho formal? certo? Ou por acaso se pensa que a situação de pessoas mais qualificadas em postos de trabalho formal é um caminho para mudança estrutural (aqui compreendida como mudança de sistema econômico, político e social)? A geração de mais e melhores empregos, realmente, pode ser uma forma de combate à pobreza e à exclusão social, assim como, de condições de trabalho mais decentes. Porém está muito longe de ser uma estratégia que contribua para a mudança estrutural.

Ao mesmo tempo, diante do desemprego estrutural, busca-se pensar em alternativas que não passem necessariamente pelo emprego formal, mas pela possibilidade de geração de trabalho e renda, onde estão incluídas as experiências em EPS que se caracterizam por relações de trabalho cooperativas. No entanto, tal perspectiva se apresenta como um Programa que deve ser integrado a outras políticas visando à inclusão e à promoção de desenvolvimento justo e solidário. Mas de que ordem seriam essas políticas? Em que pese o fato desse Programa sustentar-se em torno da articulação das organizações de EPS em Fóruns Locais, Regionais e Nacionais, implicando em maior participação das pessoas envolvidas, interroga-se sobre as formas participativas que o constituem

e como as mesmas acontecem nos mais variados níveis de representatividade, tendo em vista a experiência acompanhada, referida anteriormente.

Ao se considerar o caráter universalizante das políticas públicas, a história brasileira apresenta um quadro de políticas fragmentadas, setorializadas, pontuais, compensatórias e paliativas, que não apontam para a eliminação radical da desigualdade. (DAGNINO, 2002). Até porque a desigualdade social é condição inerente ao sistema capitalista de produção. Portanto, as políticas sociais, que ocupam um espaço de mediação entre os interesses do capital e os da sociedade, visando garantir as necessidades básicas – de saúde física e autonomia [e toda a rede complexa que supõem] (PEREIRA, 2006) - à população, apresentam-se como estratégias possíveis de combate à pobreza e diminuição dos efeitos da desigualdade social. Porém, considerando-se que o atendimento às necessidades básicas não se constitui um fim em si mesmo, mas um meio para se chegar até o objetivo universal de participação social na perspectiva da libertação humana de quaisquer formas de opressão, as políticas sociais podem se constituir em forças capazes de articular mudanças sociais radicais. Entretanto, isso só será possível na medida em que as populações para as quais se direcionam participem de forma ativa, crítica e consciente de espaços de reflexão, discussão, organização e construção de ações que venham ao encontro dos interesses coletivos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas sociais públicas apresentam-se como espaços de luta entre forças contraditórias que também se encontram presentes no Estado e em outras instituições sociais. Sendo assim, é dentro deste campo de luta que os sujeitos, individual e coletivamente, vão experienciando formas de participação mais ou menos democráticas, dependendo da composição de forças em torno de diferentes visões de mundo.

Desta forma, a pretensão de discutir a participação democrática no Brasil e suas repercussões na construção de políticas sociais públicas de trabalho gera muito mais questionamentos do que idéias conclusas. É possível observar, ao longo da construção histórico-cultural

do Brasil, as limitações em torno do exercício de formas de participação democráticas em detrimento de formas participativas autoritárias e excludentes. Situação que ainda hoje encontra terreno fértil na sociedade brasileira, em função da instauração da lógica do favor, da concessão, da boa vontade, da caridade, etc., das oligarquias que historicamente se (re)produzem no poder.

Diante desse contexto, as políticas sociais públicas desenvolvidas ao longo do processo histórico-social brasileiro carregam a hereditariedade de se constituírem a partir de formas participativas pouco democráticas. Entretanto, é dentro dessas mesmas políticas que se deve buscar problematizar a questão da participação democrática da população para a qual se destinam, visando torná-las efetivamente representativas dos direitos e interesses coletivos que dizem defender.

Nesse sentido, o acesso à formulação de políticas públicas por parte da sociedade civil e dos movimentos sociais se constituiria não apenas na 'penetração' do estado pela sociedade, mas na 'infiltração' de um outro projeto político, ainda incapaz de chegar a exercer a hegemonia pelas vias eleitorais convencionais do regime democrático representativo. (DAGNINO, 2002, p.299).

Ao pensar as políticas sociais públicas de trabalho, principalmente no que tange à geração de trabalho e renda dentro da EPS, muito ainda se tem para avançar. Em que pese o fato da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) ter surgido como decorrência da articulação e pressão das organizações de economia solidária junto aos governos "democrático-populares" (municipal, estadual e nacional), e a existência do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, deve-se buscar a radicalização da participação democrática dos trabalhadores em questão na discussão, construção, implementação e avaliação de idéias e ações direcionadas à construção de políticas públicas de trabalho que extrapolem a perspectiva do emprego, na direção da almejada mudança estrutural.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.25, n.87, p.335-351, maio/ago., 2004.

BAREMBLITT, G. **Compêndio de Análise Institucional e Outras Correntes** – teoria e prática. RJ: Rosa dos Tempos, 1992.

COUTO, B.R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** SP: Cortez, 2006.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (org.) **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. SP: Paz e Terra, 2002, p.279-301.

ENQUITA, M.F. **A Face Oculta da Escola** – educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FAVERO, E.; EIDELWEIN, K. Psicologia e Cooperativismo Solidário: possíveis (des)encontros. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v.16, n.3, p.35-40, set./dez., 2004.

FAVERO, E.; EIDELWEIN, K. Repensando saberes e construindo intervenções em Psicologia Social Comunitária: a feira de produtores enquanto espaço de encontro e reflexão. **Revista Temas Sociais em Expressão**, Frederico Westphalen, v.6, n.6, p.75-97, maio, 2007.

FIORI, J.L. Neoliberalismo e políticas públicas. In: FIORI, J.L. **Os Moedeiros Falsos**. 4ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p.211-223.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. 10ed. RJ: Paz e Terra, 1980.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna** – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. SP: Loyola, 1993.

LANCETTI, A. Prevenção, preservação e progresso em saúde mental. IN: LANCETTI, A. (coord.). **Saúde Loucura nº1**. SP: Hucitec, s.d., p.75-89.

LAURELL, A.C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, A.C. (org.). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. 3ed. SP: Cortez, 2002, p.151-178.

NOGUEIRA, M.A. **Um Estado para a Sociedade Civil** – temas éticos e políticos da gestão democrática. SP: Cortez, 2004.

POLANYI, K. **A Grande Transformação** – as origens da nossa época. RJ: Campus, 2000.

PEREIRA, P.A.P. **Necessidades Humanas** – subsídios à crítica dos mínimos sociais. 3ed. SP: Cortez, 2006.

RESENDE, H. Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. *In*: TUNDIS, S.C.; COSTA, N.R. (orgs.). **Cidadania e Loucura** – políticas de saúde mental no Brasil. 6ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p.15-73.

RIBEIRO, M. Formação cooperativa e educação escolar: realidades que se complementam ou se contrapõem? *In*: VENDRAMINI, C.R. (org.). **Educação em Movimento na Luta pela Terra**. Florianópolis: NUP/CED, 2002, p.91-110.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2002.

## Identidade e trabalho na sociedade capitalista<sup>1</sup>

### *Identity and work in capitalist society*

Catia SEGABINAZZI<sup>2</sup>

#### RESUMO

Em todos os países do mundo, os regidos pela lógica capitalista e nela inseridos, vemos acontecendo um fenômeno, qual seja, falamos cada vez mais de emprego e não de trabalho. Isso remete à noção de tarefa a ser feita. Ao mesmo tempo, a importância e a exaltação máximas conferidas ao trabalho na sociedade ocidental concede ao papel do trabalhador lugar de destaque entre os papéis sociais representativos do eu. Como está o trabalhador diante deste quadro? Este artigo tem como objetivo contribuir para a reflexão sobre o sentido que o trabalho vem adquirindo para as pessoas na sociedade capitalista, buscando informações no contexto histórico e trazendo a discussão existente sobre o tema. Temas como a divisão técnica do trabalho na sociedade capitalista e a alienação decorrente deste processo, a articulação entre identidade e trabalho e a expressividade deste último na constituição do eu, ajudam a compor a presente reflexão.

**Palavras-chave:** trabalho, identidade, contradição, alienação.

---

<sup>1</sup> Artigo publicado na Revista Virtual Textos & Contextos, nº 7, jul. 2007, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> Assistente Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Cientista Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Especialista em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: <css@trf4.gov.br>.

### ABSTRACT

A phenomenon has been occurring in all countries of the world ruled by capitalism logic, which is we talk increasingly more about employment than about work. This forwards to the notion of task to be done. At the same time, the maximum relevance and exaltation conferred to work in occidental society give to worker role a distinction place among social role representatives of the I. How is worker before such picture? This article aims at contributing to reflect about the sense work has been acquiring for people in capitalist society, searching for information in historical context and bringing existent discussion over the theme; themes such as the technical work division in capitalist society and the alienation resulting from such process, articulation between identity and work, and expressiveness of the last in the constitution of me.

**Keywords:** work, identity, contradiction, alienation.

### INTRODUÇÃO

A produtividade e a eficiência organizacionais como meta essencial à sobrevivência das empresas têm originado conseqüências nefastas ao bem-estar dos trabalhadores. A organização mostra-se, muitas vezes, como um local propício ao sofrimento, à violência física e psicológica, ao tédio e, mesmo, ao desespero, não apenas nos escalões inferiores, mas também nos níveis intermediários e superiores. Os trabalhadores são vistos como meros recursos, cujo rendimento deve ser satisfatório, do mesmo modo que os equipamentos, as ferramentas e a matéria-prima (MAZZILLI, 1995).

A racionalização subjacente aos processos de reestruturação e modernização empresarial implica a redução e a flexibilização do emprego, como também a grande heterogeneidade das situações de trabalho e o aumento da força de trabalho flexível e periférica. Segundo Kovács (2002), a falta de perspectivas e de confiança no futuro, o aumento do sentimento de insegurança, a inquietação e a angústia são características que marcam, cada vez mais, o ambiente social contemporâneo. E, paradoxalmente, nesse ambiente, multiplicam-se os apelos cada vez mais exigentes que visam ao dinamismo pessoal e à responsabilização individual.

## Identidade e Sentido do Trabalho

A identidade é uma expressão subjetiva e refere-se a tudo aquilo que é vivenciado como *eu* em resposta à pergunta *quem és*, sendo apreendida através da representação de si mesmo. Inscreve-se em um contexto conceitual amplo, o que implica abordagens diferenciadas. Constitui-se como um sistema de representações diversas (COSTA, 1989) ou como múltiplos personagens que ora se conservam, ora se sucedem, ora coexistem, ora se alternam, mas com aparência unívoca e estável (CIAMPA, 1987).

A própria etimologia da palavra remete a *idem*, do latim, o mesmo. No entanto, o conceito de identidade como é usualmente focado implica processualidade, metamorfose. Sob esse enfoque, a identidade é um constante “estar sendo”, embora se represente com aparência de “ser”. Refere-se a movimentos que dizem respeito tanto à singularidade humana quanto a particularidades de grupos, segmentos, estratos, classes, culturas. É um conceito cujo entendimento exige se superarem dicotomias, pois sua compreensão envolve, ao mesmo tempo, o igual e o diferente, o permanente e o mutante, o individual e o coletivo.

A tradição teórica do estudo da identidade circunscreve-se, prioritariamente, no campo da Filosofia. A tendência atual é concebê-la como uma síntese lógica e ontológica, em que as relações sociais ocupam lugar destacado na sua constituição.

Atribuindo à categoria identidade uma dimensão histórico-social, Martinelli (1991) defende que ela não pode ser concebida senão dialética e historicamente:

Identidade e consciência social não podem ser pensadas, portanto, à distância da totalidade social, como abstrações em generalidades ou como categorias isoladas; é preciso pensá-las dialeticamente, como categorias plenas de movimento e historicidade (MARTINELLI, 1991, p.19).

A articulação entre identidade e trabalho vem de uma tradição que confere ao papel social expressividade na constituição da identidade. Dentro dessa tradição, incluem-se as referências do interacionalismo simbólico, através dos estudos de Goffman (1985), que representam

um rompimento no costume de atribuir somente ao indivíduo, enquanto autônomo e livre, a causalidade das suas ações.

A importância e a exaltação máximas conferidas ao trabalho na sociedade ocidental concedem ao papel de trabalhador lugar de destaque entre os papéis sociais representativos do eu. Arendt (1981), referindo-se à importância do *homo faber* no mundo contemporâneo, assinala que, ao tentar dizer “quem é”, a própria linguagem induz a dizer “o que alguém é”, reservando um lugar privilegiado ao papel de trabalhador. A esse papel social agregam-se outras qualificações exigidas pelo exercício laboral, que se substantivam e se presentificam, constituindo-se em atributos do eu (ativo, forte, bravo, honesto, etc.). Costa (1989) registra, na sua prática psiquiátrica em ambulatórios de saúde, a presença de transtornos psíquicos denominados “doenças dos nervos” ou “crises nervosas”, intimamente associados com a trajetória e os percalços da vida laboral e com ameaças à identidade de trabalhador. O autor assinala que essa identidade, associada a outros atributos socialmente valorizados e julgados como constitutivos do ser humano pelo imaginário social, se mostra à consciência do sujeito como um elemento definitório de grande significação na “identificação psicológica”. Esse termo é empregado para diferenciá-lo de outros sistemas identificatórios (identidade social, étnica, religiosa, etc.), por se apresentar não apenas como um atributo do eu ou de algum eu, mas como predicado universal e genérico definidor, por excelência, do humano.

Segundo Mauss (1974), antropólogo cuja teoria concebia a pessoa como um fato da organização social, a possibilidade de manifestação da consciência individual estaria sujeita às determinações institucionais construídas em cada sociedade, em seu momento histórico. Isso implica supor que a forma como cada sociedade organiza suas relações de trabalho, que são sempre estruturadas sobre o indivíduo, no capitalismo, interfere decisivamente na liberdade de manifestação das consciências individuais.

Uma vez que a organização das relações de trabalho, no capitalismo industrial, se desenvolve no sentido de uma homogeneização ocidental das relações de produção, extrapolando os limites nacionais e regionais da cultura dos trabalhadores, é importante, para o próprio capitalismo, que estes adquiram uma consciência de si cada vez mais distanciada das representações coletivas de suas culturas. Assim, para

além dos fatos culturais tradicionalmente desenvolvidos à margem das relações de trabalho do capitalismo industrial, no seio deste último as relações coletivas estruturam-se a partir da “pressão da consciência de uns sobre a consciência dos outros” (MAUSS, 1974, p.182). Essa relação explica a diferença essencial entre as noções de pessoa que predominam em diversidade e as expressões da consciência individual no capitalismo.

Para analisar a influência das relações de trabalho na construção da personalidade do trabalhador, buscar-se-á a teoria marxista da reificação. Essa teoria trata das mudanças na sociedade e como elas provocam mediações entre as pessoas, especialmente a alienação ou a coisificação, cuja origem reside nas relações capitalistas de produção que venham a se instalar numa sociedade.

Quer se trate de caça num clã primitivo, quer do trabalho agrícola de um servo ou da corvéia na terra do senhor, os homens têm sempre consciência, em maior ou menor escala, da necessidade de produzir certos bens para alimentar-se, vestir-se, etc. (GOLDMANN, 1967, p.126).

Para Goldmann (1967), é a sobrevivência que dá significado ao trabalho, sendo que, nas sociedades de economia de troca, o produto do trabalho tinha apenas valor de uso. É nas sociedades pré-capitalistas (economia mercantil) que o produto do trabalho passa a ser um bem, isto é, se transforma em mercadoria. Essa transformação desloca o valor de uso do produto para o consumidor final e acrescenta o valor de troca.

Desse modo, o trabalho “concreto”, que envolve o produtor e o produto numa relação tal que a produção é como um prolongamento da “pessoa” do produtor, reconhecendo-se em sua obra, passa a ser um trabalho “abstrato”, em que a produção é qualitativamente igual, pois, seja o que for produzido, o valor de troca igualará tudo pelo nivelador comum, o preço, e o produto do trabalho será todo dirigido para o mercado. Esse sistema de produção capitalista provocou a ruptura das relações imediatas entre os homens, em que o outro, o não-eu, não é mais o significante da afirmação do eu, mas apenas o concorrente.

Também é verdade que o desenvolvimento da produção capitalista baseada no fator puramente quantitativo do valor de troca fechou progressivamente a compreensão dos homens aos elementos qualitativos e sensíveis do mundo natural (GOLDMAN, 1967, p. 131).

Essas considerações apontam a pertinência da articulação entre identidade e trabalho e a expressividade deste último na constituição do eu. Acompanhando o caráter de exaltação máxima que o trabalho alcançou na sociedade ocidental a partir da implantação e da consolidação do sistema capitalista, ele é escolhido, por muitas teorias, como categoria explicativa do processo de desenvolvimento filogenético da espécie e como representativo da condição humana. O exercício de atividades coletivas e de trabalho conjunto é apontado como responsável pelo surgimento das especificidades próprias do *homo sapiens*, como pensamento, consciência e linguagem (LEONTIEV, 1978). Através da análise do trabalho alienado, Marx (1989) o apresenta como conferindo a qualificação de humano ao seu portador, a partir de uma concepção de natureza humana que se constitui na inserção no mundo das relações sociais.

Essa mesma concepção de natureza humana fundamenta a articulação entre identidade e trabalho, em que ganha relevância o que Sève denomina formas históricas de individualidade (SEVE, 1989, p.123). Ou seja, as capacidades características da humanidade historicamente desenvolvidas encontram-se objetivadas em um sistema temporal de atividades fundadas sobre o e no conjunto de relações sociais que cada indivíduo e cada geração encontram como dados existentes, mas transformados sob o ponto de vista da individualidade psicobiográfica, através da mediação do outro e de sínteses próprias, que dão o caráter de especificidade. O mundo concreto do trabalho constitui-se como um *locus* por excelência para essa mediação, quanto mais não seja, pelo número de horas diárias que os indivíduos a ele dedicam.

O trabalho é, portanto, um momento efetivo de colocação de finalidades humanas, *dotado de intrínseca dimensão teleológica*. E, como tal, mostra-se como uma *experiência elementar da vida cotidiana*, nas respostas que oferece aos carecimentos e necessidades sociais. Reconhecer o

papel fundante do trabalho na gênese e no *fazer-se do ser social* nos remete diretamente à dimensão decisiva dada pela esfera da *vida cotidiana*, como ponto de partida para a *generacidade para-si* dos homens (ANTUNES, 2001, p. 168).

O trabalho aparece, definitivamente, como um operador fundamental na própria construção do sujeito, revelando-se também como um mediador privilegiado, senão único, entre inconsciente e campo social e entre ordem singular e ordem coletiva. Não é apenas um teatro aberto ao investimento subjetivo, mas um espaço de construção do sentido e, portanto, de conquista de identidade, da continuidade e da historicização do sujeito (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 1994).

A identidade de trabalhador constitui-se precocemente através da identificação com modelos adultos e/ou através da inserção concreta no mundo do trabalho (JACQUES, 1993). Na vida adulta, essa inserção aparece como seqüência lógica de uma “vida adaptada e normal” e como atributo de valor em uma sociedade pautada pelo mérito produtivo. Os diferentes espaços de trabalho vão se constituir em oportunidades diferenciadas para a aquisição de atributos qualificativos da identidade de trabalhador. São inúmeros os estudos que têm como tema a investigação de características identificatórias próprias da classe operária e/ou de determinadas categorias profissionais, os quais apontam que o exercício de certas atividades e o convívio com algumas relações sociais constituem *modos de ser* que qualificam os pares como iguais (mesmo facultando diferenças individuais) e se expressam em comportamentos similares (modos de vestir e de falar, etc). Apontam, ainda, a incorporação desses *modos de ser* como constitutivos da identidade. Camino (1996) emprega o termo *identidade social* para referir-se à consciência de pertencer a um determinado grupo social e à carga afetiva que essa pertença implica.

O processo de tornar-se homem acontece na correlação com o ambiente, natural e humano, ou seja, o ser humano em desenvolvimento não somente se correlaciona com o ambiente natural, como também com uma ordem cultural e social. Em suma, está submetido a uma contínua interferência socialmente determinada; na verdade, a uma multiplicidade de determinações

socioculturais. Embora se possa dizer que o homem tem uma natureza, é mais significativo dizer que ele constrói sua natureza, que ele se produz a si mesmo.

•

Os pressupostos genéticos do eu são, está claro, dados no nascimento. Mas o eu tal como é experimentado mais tarde como uma identidade subjetiva e objetivamente reconhecível, não é. Os mesmos processos sociais que determinam a constituição do organismo produzem o eu em sua forma particular, culturalmente relativa. (BERGER, 1985, p.73).

O *eu* como produto social não se limita a como o indivíduo entende ou se identifica como sendo ele mesmo, mas abrange o equipamento psicológico (emoções por exemplo) amplo, que serve como complemento. Disso tudo, deduz-se que o organismo humano e o eu não podem ser compreendidos fora do contexto social em que se formaram. A instabilidade do organismo humano gera uma necessidade de que o homem forneça a si mesmo um ambiente estável para sua conduta.

A humanidade e a socialidade do homem estão entrelaçadas, ou seja, ao se organizarem os fenômenos humanos, está-se entrando no reino do social. Nesse reino, há uma ordem social que precede o desenvolvimento individual orgânico. Essa ordem social é entendida por Berger (1985) como um produto humano, uma progressiva produção humana, existindo como produto da atividade humana. O ser humano, por sua vez, tem de estar continuamente se exteriorizando na atividade. As ações humanas tornadas habituais adquirem um caráter significativo para o indivíduo. Sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores, ocorre o que o autor denomina de institucionalização. Um mundo institucional é vivido, experimentado como uma realidade objetiva. As instituições, com seu caráter histórico e objetivo, aparecem para o indivíduo como fatos inegáveis e exteriores a ele, não podendo ele desejar que não existam. Para entendê-los, o indivíduo tem de “sair de si” e aprender o que eles são. Agora, a objetividade do mundo institucional é produzida e construída pelo homem.

É importante acentuar que a relação entre o homem, como produtor, e o mundo social, seu produto, é dialética, onde um atua reciprocamente sobre o outro. O homem exterioriza-se na sua atividade.

O processo pelo qual os produtos exteriorizados adquirem o caráter de objetividade é a objetivação. O terceiro momento é a interiorização, pela qual o mundo social objetivado é reintroduzido na consciência, no curso da socialização. O processo que inclui esses três momentos - exteriorização, objetivação e interiorização - é dialético contínuo. Afirma Berger (1985, p.87): "A sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O homem é um produto social".

O sujeito aprende-se a si mesmo como essencialmente identificado com a ação socialmente objetivada. Depois da ação, acontece uma importante consequência, que é a reflexão do sujeito sobre ela. Então, uma parte do *eu* é objetivada como o executante dessa ação, ou seja, um segmento da personalidade objetiva-se em termos de tipificações socialmente válidas.

Enquanto apresentada como um processo dialético, a identidade social facilita a incorporação de normas do grupo social, implica uma participação ativa do sujeito na construção da identidade grupal e afeta o contexto histórico onde ocorrem essas relações concretas. Por sua vez, as estruturas sociológicas influenciam as representações que os indivíduos fazem de si enquanto representações do eu. Da mesma forma, o caráter inter-relacional entre identidade pessoal e social pressupõe que não haja identidade pessoal que não, ao mesmo tempo e da mesma forma, identidade social. Alguns espaços de trabalho e/ou categorias profissionais, pelas suas especificidades próprias, em geral associadas a prestígio ou desprestígio social, proporcionam atributos de qualificação ou desqualificação do eu.

Para Dejours; Abdoucheli; Jayet (1994), o aparelho psíquico e o desejo do sujeito, a exemplo do corpo, designado como alvo das condições de trabalho, revelam-se como alvos específicos da organização do trabalho.

A organização do trabalho aparece na clínica psicopatológica como a expressão característica da violência que pode implicar uma generalização na ordem da técnica e não mais da teoria, como era o caso anteriormente, quando ela se abate sobre os trabalhadores que não podem mais ser sujeitos de seu comportamento (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 1994, p.42).

Dessa forma, a psicopatologia do trabalho é levada a pesquisar primeiramente o que no trabalho está dialeticamente oposto ao desejo. Segundo esses autores, o desejo situa-se precisamente entre a necessidade (no sentido fisiológico do termo) e a demanda (no sentido de demanda de amor), para que se possa compreender que, ao se atacar o desejo, se ameaça o regulador natural do equilíbrio psíquico e somático. As relações entre desejo e motivação são determinadas pela organização do trabalho. No caso do operário semi-especializado, a organização do trabalho joga a motivação contra o desejo.

Dejours (1993) relata que, a partir de seus estudos, foi possível mostrar que as pressões do trabalho, que põem particularmente em causa o equilíbrio psíquico e a saúde mental, provêm da organização do trabalho em contraposição aos constrangimentos perigosos para a saúde somática, que se situa nas condições de trabalho, mais precisamente nas condições físicas, químicas e biológicas, cujo alvo principal é o corpo.

Na psicanálise, a atenção que é dada ao vazio causado pela separação entre o sujeito-trabalhador do seu saber e o deslocamento do saber em direção ao objeto dá-se no sentido do preenchimento desse vazio.

E quando se concebe a palavra como alojada neste lugar de negatividade de objeto e distanciamento entre sujeito e objeto, ela é concebida como uma capacidade de neutralização dos efeitos imaginários que a perda, o trauma e a separação alastram como patologia e sofrimento para o sujeito. Digamos que a palavra é concebida, na medida em que ela vem, precisamente, ocupar esse lugar onde o objeto deixou seu vazio, como ferramenta de cura, já que ela tem a capacidade, a eficácia, de sarar esse buraco permitindo a simbolização do que ali falta (JERUSALINSKY, 2000, p.38).

Segundo Dejours (1993), o problema psicopatológico essencial decorre das pressões psíquicas ocasionadas pela separação taylorista entre os trabalhos de concepção e de execução, pois, confiscando dos trabalhadores a concepção do seu trabalho, a organização científica do mesmo origina uma clivagem entre corpo e pensamento. Separando excessivamente concepção e execução, desorganiza-se o que é o próprio fundamento do "recurso humano" no plano singular.

Quanto ao próprio conteúdo do trabalho, constata-se que os desenvolvimentos técnicos recentes esvaziaram um grande número de empregos de sua substância. Tanto que, ao se perguntar, no final da jornada de trabalho, se ele está melhor, se aprendeu alguma coisa, ou se realizou algo, a resposta do trabalhador, desejavelmente positiva, não é certa. Ele pode ter contribuído para criar a riqueza, mas trabalhar é também se produzir e se realizar (ANTUNES, 2002).

As relações entre sofrimento e organização não se direcionam sempre no sentido da promessa de felicidade no mundo exterior e da promessa de infelicidade enquanto no interior da empresa. O trabalho também pode ser fonte de prazer e, mesmo, mediador da saúde. Conforme Dejours (1993), em sua luta contra o sofrimento, às vezes, o sujeito elabora soluções originais, que são favoráveis tanto à produção quanto à saúde. Tal forma de sofrimento foi por ele denominada "sofrimento criativo". Quando, ao contrário, nessa luta contra o sofrimento, o sujeito chega a soluções desfavoráveis tanto à produção quanto à sua saúde, esse sofrimento caracteriza-se como "sofrimento patológico".

Por intermédio do trabalho, o sujeito engaja-se nas relações sociais, para onde transfere questões herdadas de seu passado e de sua história afetiva. A ressonância simbólica aparece, então como uma condição necessária para a articulação bem-sucedida da dicotomia singular (sofrimento singular, herdado da história psíquica própria a cada indivíduo ou dimensão diacrônica) com a sincronia coletiva (sofrimento atual, surgido do reencontro do sujeito com a situação do trabalho ou dimensão sincrônica).

Esse ponto é essencial porque, em relação à produção e à qualidade do trabalho, a ressonância simbólica permite fazer o trabalho beneficiar-se da força extraordinária que a mobilização dos processos psíquicos nascidos do inconsciente confere. A ressonância simbólica é, por assim dizer, uma condição de reconciliação entre o inconsciente e os objetivos da produção (DEJOURS, 1993, p. 157).

Cada vez que o trabalhador encontra solução para os problemas que lhe são colocados (atividade de concepção) e que obtém em troca reconhecimento social de seu trabalho, é também o sujeito sofredor,

mobilizador de seu pensamento que recebe reconhecimento subjetivo à sua capacidade, para conjurar a angústia e dominar seu sofrimento.

Porém o prazer obtido dessa gratificação tem curta duração, ressurgindo o sofrimento, impelindo-o para outras situações de trabalho, novas apostas organizacionais e novos desafios simbólicos. Por outro lado, sendo o reconhecimento a retribuição fundamental da sublimação, isso significa que esta representa um importante papel na conquista da identidade. Identidade e reconhecimento social como condição de sublimação conferem à primeira uma função essencial na saúde mental.

Entretanto o trabalhar é um ato imprescindível para as pessoas, mesmo que parcelar e especializado, pois se refere à própria sobrevivência e ao condicionamento social do indivíduo. O trabalho, de fato, não é sempre patogênico; ele tem, ao contrário, um poder “estruturante”, em face da saúde tanto mental como física (DEJOURS, 1993).

O trabalho pode constituir-se num fator de equilíbrio e desenvolvimento. A possibilidade de isso acontecer está vinculada a um trabalho que permita a cada indivíduo aliar o desejo de executar a tarefa às necessidades físicas (DEJOURS; DESSORS; DESRIAUX, 1993).

Os indivíduos levam para o trabalho um conhecimento pré-teórico, ou seja, a soma de tudo aquilo que todos sabem a respeito do mundo social, de princípios morais, valores e crenças, mitos, etc. Esse conhecimento constitui a dinâmica motivadora da conduta institucionalizada, define papéis, controla e prediz condutas e institui que, qualquer desvio desse código pode ser considerado como afastamento da realidade.

Este é o conhecimento aprendido no curso da socialização e que serve de mediação na interiorização pela consciência individual das estruturas objetivadas do mundo social. Neste sentido, o conhecimento situa-se no coração da dialética fundamental da sociedade. (BERGER, 1985, p. 94).

Conforme Berger (1985) destaca, a ordem institucional tem origem na tipificação dos desempenhos de um indivíduo e dos outros, requerendo haver um sentido objetivo nas ações.

As instituições incorporam-se à experiência do indivíduo por meio dos papéis. Ao desempenhá-los, o indivíduo participa de um mundo social. Ao interiorizar esses papéis, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele. \*

A realidade da vida cotidiana mantém-se, porque se corporificou em rotinas, o que é a essência da socialização. Os outros significativos ocupam uma posição central na economia e na conservação da realidade e são particularmente importantes para a confirmação do elemento crucial da realidade chamada identidade. E somente é possível o indivíduo manter sua auto-identificação como pessoa de importância em um meio que confirma essa identidade. A socialização realiza-se sempre no contexto de uma estrutura social específica. Em uma sociedade onde há uma divisão muito simples do trabalho e mínima distribuição de conhecimento, a socialização verifica-se com maior sucesso. Isso decorre da massividade coercitiva da realidade objetiva a ser interiorizada. Essa realidade será plenamente representada na identidade do indivíduo.

Berger (1985) salienta que numa sociedade complexa como a nossa, haverá uma consciência geral cada vez maior da relatividade de todos os mundos, inclusive o do próprio indivíduo, cuja conduta será aprendida como um papel. Isto implica a análise tanto do pluralismo da realidade quanto do pluralismo da identidade, referidos à dinâmica estrutural da sociedade industrial, da estratificação social.

A identidade acha-se em relação dialética com a sociedade. É formada por processos sociais determinados pela estrutura social. Esses processos são implicados na sua formação e na sua conservação. De outra forma, as identidades reagem sobre a estrutura social, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a.

Segundo Enriquez (1999), a primeira formação da identidade é feita pela família, que tem o papel de transmitir noções éticas e o amor natural. A escola, de sua parte, deve favorecer o confronto com os semelhantes e o desenvolvimento do pensamento. O trabalho toma as pessoas que têm um certo grau de personalidade e as remodela, estabiliza suas personalidades e seus desejos, colocando-as na realidade, possibilitando que se instaure a temporalidade onde o ser humano se desenvolve. O autor pensa uma organização do trabalho onde os indivíduos não estejam simplesmente em um trabalho repetitivo, mas onde possam ter uma certa autonomia e uma certa possibilidade

de decisão. Pensa, ainda, no desenvolvimento das atividades do setor quartenário, ou seja, o ensino, a educação, todo o setor de lazer. Sob esse ponto de vista, volta-se à afirmação de Marx, referindo que, um dia, existirão pessoas que irão trabalhar três horas por dia e, depois, irão pescar, ler um bom livro, fazer música, etc.

## CONTRADIÇÃO E TRABALHO

A categoria contradição está presente nos processos de trabalho, em todas as suas instâncias. O trabalho como categoria simples só seria possível em uma sociedade onde existisse uma grande diversidade de gêneros de trabalho. A heterogeneidade de formas de inserção no mercado e de organização dos trabalhadores é, contraditoriamente, condição histórica da homogeneidade do trabalho abstrato ou da própria teoria do valor. A raiz da polêmica está na unidade contraditória presente na mercadoria entre o valor de uso e o valor, entre trabalho abstrato e concreto, entre processo de trabalho e de valorização.

A exigência e o estímulo a um trabalhador capaz de realizar múltiplas funções - a multifuncionalidade já referida - pelo mesmo salário expressa a indiferença do trabalhador assalariado em relação ao tipo de atividade que realiza, revela o estranhamento do trabalhador em relação à sua própria atividade. O trabalho passa a ser apenas um meio de obtenção do equivalente de seus meios de vida (IAMAMOTO, 1999).

Enfim, o segredo para se ultrapassar a aparente dualidade em excludência entre identidade e diversidade, universal e particular, concreto e abstrato, que também se repõe na análise do trabalho, está no trato das dimensões lógica e histórica do método. A dinâmica dos elementos que conformam uma unidade contraditória em que um é mediador do outro, qualifica-o, nega-o e a ele se contrapõe - sendo, por isso, mutuamente indispensáveis -, tende a ser lida de maneira engessada e rígida, como dualidades mutuamente excludentes, perdendo-se a dimensão de movimento e processo (IAMAMOTO, 1999, p. 91).

Algumas organizações atuais procuram introduzir novas formas de trabalho diferentes das preconizadas pelo princípio da organização

racional do trabalho, que, embora questionáveis, se constituem em um sistema tecnicamente coerente e lógico, mas com contradições evidentes no plano social e psicológico. Faz-se necessária uma abstração das novas formas de trabalho junto a uma objetivação explícita das ações a serem tomadas, uma desterritorialização dos espaços físicos e psicológicos, anteriormente estabelecido, e uma valorização do indivíduo. Assim, as novas restrições que emergem das políticas organizacionais se aliam às vantagens oferecidas pela organização aos seus integrantes. Vista dessa maneira, a organização define-se como um conjunto dinâmico de respostas às contradições econômicas, sociais e psicoquímicas existentes. É realmente um sistema, mas um sistema de mediações que só pode ser compreendido pela referência a uma mudança das condições do mercado e das contradições entre as necessidades de seus recursos humanos (indivíduos e grupos) e as necessidades da organização. Ao mesmo tempo, o trabalho constitui-se numa atividade decisiva para o equilíbrio psíquico do indivíduo e para o desenvolvimento da comunidade que ele integra, exercendo sua influência através de uma rede complexa de sentimentos e representações em constante movimento.

A multifuncionalidade apresenta-se à organização alterando fatores de ordem econômica, política e ideológica (PAGÈS et al. 1993). Alguns resultados econômicos podem ser traduzidos em ganhos de produtividade, redução de custos diretos com a mão-de-obra (salários e encargos) e redução de perdas no processo produtivo. Ganhos políticos estão ligados ao reforço no controle do processo produtivo, facilitado pela informatização, que dá suporte à aplicação de diretrizes e metas organizacionais via acompanhamento dos resultados e da ação correta sobre os desvios detectados. Concretamente, esses ganhos são apresentados sob forma de redução dos níveis hierárquicos e do aumento na rapidez dos processos decisórios. Ao sinalizar valores baseados em cooperação, aprendizado contínuo, ação integrada em grupo e participação no processo decisório, a organização reforça e reproduz, ideologicamente, seus modelos de trabalho, legitimando-os ao seu modo e difundindo seus princípios.

O alcance desses resultados está relacionado às soluções encontradas pela organização na resolução de conflitos advindos das contradições emergentes do processo de mudança, sendo solicitadas pelas organizações, em alguns casos, intervenções psicossociológicas

(LÉVY, 1994), embora as empresas modernas, prevendo e admitindo a existência de tais conflitos, se antecipem, introduzindo mediações (PAGÈS et al. 1993).

As mediações interpõem-se entre os objetivos da empresa e a percepção das coerções por parte dos indivíduos, que poderiam conduzi-los a reações de confronto. Dessa forma, ações preventivas e postergadoras de conflito são tomadas pelas organizações, aliando as restrições dos novos métodos de trabalho a vantagens oferecidas aos indivíduos. Assim, a política de reajustes internos de salários, bonificações, benefícios, participação nos lucros, participação nos resultados e promoções está ligada às mediações econômicas. O desejo dos indivíduos relativo ao controle das suas tarefas, posto em contradição com o estabelecimento de diretrizes e metas organizacionais, é mediado politicamente por técnicas de autonomia controlada ou administração à distância. A mediação ideológica promove a democratização da palavra, dando lugar à variedade de interpretações individuais quanto aos valores introduzidos, no caso deste estudo, pela multifuncionalidade, mas que convergem para as crenças da organização, à medida que participam do planejamento de suas ações.

Psicologicamente, o binômio privilégio-restrição transforma-se no binômio prazer-sofrimento. A angústia provocada pelos controles e pelas exigências dadas por metas desafiadoras é compensada pelo prazer de conquistar, prazer agressivo, de dominação (de clientes e colegas), de superar-se e autodominar-se. Esse meio, mais que os outros, integra os indivíduos à organização, pois atua no nível do inconsciente, fazendo com que eles internalizem as restrições e os tipos de satisfações que ela oferece.

Dessa forma, vê-se que a multifuncionalidade como mudança na organização do trabalho não é determinada apenas pela inovação tecnológica. Para a organização, o sucesso dessa mudança implica também ações mediadoras econômicas, políticas, ideológicas e psicológicas entre os seus objetivos e os de seus membros. Há uma tendência na redução dos níveis hierárquicos e um favorecimento à iniciativa individual no trabalho, mas também no fortalecimento do controle à distância, ao mesmo tempo em que aumenta a autonomia na execução das tarefas. Na realidade, não há diminuição do poder por parte da organização, mas sim, um deslocamento de significado, uma vez que o

seu exercício consiste não apenas em ordenar, tomar decisões, mas também em delimitar o campo, estruturar um espaço no qual são tomadas as decisões (PAGÈS et al. 1993). A multifuncionalidade, vista dessa forma, pode funcionar como sistema de exclusão, em que não fazer parte dela implicaria, para o indivíduo, tratamento diferenciado por parte da organização. A mão-de-obra passa, então, por um processo de conversão, onde ocorrem a requalificação profissional e as transferências de local de trabalho.

As sociedades modernas privilegiam a imagem, a aparência, a visibilidade dos símbolos, os quais atestam o sucesso, a realização do mito do processo e o mito do senhor de si mesmo, onde o sujeito real é o sujeito dos desejos e dos impulsos que se podem tornar visíveis para o outro, e não uma construção interior e intersubjetiva. A intimidade de cada um é invadida por propostas de idéias mensuráveis e capazes de dar testemunho para os outros, cujos olhares são cobranças do que é digno de aplausos ou vaias. Vive-se o cotidiano na expectativa do *feedback* dos outros, e, assim, transfere-se o julgamento de nossa ação, a qual deixa de ter importância enquanto produto de uma consistência interna de valores, ficando restrita à observação, à avaliação e à validação exteriores. Nesse sentido, pode-se dizer que a organização/empresa é um lugar de transferência espontânea, mas também induzida, onde são estimuladas não só as relações de obediência, lealdade e devoção, mas também as demonstrações narcísicas, agressivas e idealizadoras, tendo, ambas, sua utilidade produtiva (FREITAS, 1999). O indivíduo liga-se a uma organização por vínculos não apenas materiais, mas afetivos, imaginários e psicológicos. As organizações não criam uma estrutura psíquica, mas utilizam-se dela.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar é um ato imprescindível para o ser humano, pois se refere à própria sobrevivência e ao seu condicionamento social (DEJOURS, 1993). É através do trabalho que o indivíduo pode criar a cultura, a linguagem, a história e a si mesmo. Marx se expressa de maneira totalmente direta quando diz que o trabalho é a propriedade fundamental do homem, que este é, em certa medida, criado pelo trabalho e não mais criado por Deus. Pois é justamente o trabalho, isto é, a possibilidade de mudar as coisas, de transformar o mundo e de fazer

objetos, que vai diferenciar, fundamentalmente, o animal do homem. É claro que Marx não se refere ao tipo de trabalho alienado, presente na sociedade que está se desenvolvendo a sua época. Ele sonha com uma sociedade onde cada um pudesse trabalhar de maneira verdadeiramente livre e com um certo modelo de associação com os outros.

Dentro destes dois extremos, da busca do existencial e do sentido do trabalho e a realidade de um trabalho remunerado sem sentido, remete-se à questão da centralidade do trabalho, tema que passa a ser debatido no início dos anos 90. E os trabalhadores, mesmo que freqüentemente alienados e explorados, vão justamente reivindicar o trabalho como um elemento constitutivo e fundamental da sua personalidade (ENRIQUEZ, 1999). Então, a questão era: com o desaparecimento do trabalho, que é um elemento identificatório, como ficaria o humano? Concluiu-se que o trabalho mantinha a centralidade. Então, talvez o fenômeno mais doloroso desta civilização é que o trabalho mantém a centralidade, mas se tornou um bem extremamente escasso. De um lado tem-se o valor central da sociedade, mas, ou ele desaparece, ou existem aqueles que ainda o têm, mas despossuídos dos elementos de gratificação, dos elementos identificatórios, porque em se identificando com alguma coisa desqualificada, o sujeito também se desqualifica. Então, como ele poderá se resignificar? Esse é um dos grandes desafios dos teóricos que se debruçam sobre o tema, assim como dos próprios trabalhadores que estão inseridos nesse processo.

No contexto da fragmentação da subjetividade causada pelas organizações, questiona-se a possibilidade de se falar em solidariedade, auto gestão, fraternidade, colaboração, altruísmo e participação. Numa primeira análise, pensa-se o contrário, que sob a égide da reestruturação produtiva, orientada pelo pensamento neoliberal, é mais provável que fiquem vigorando as práticas que visam à exclusão, à discriminação e a um maior isolamento das pessoas.

Entretanto, para que faça sentido a luta de todos aqueles que acreditam na possibilidade de transformar de alguma forma a realidade social tal como se apresenta, há que se acreditar que é possível construir-se um novo tipo de sociedade, em que o trabalho seja configurado de maneira distinta, de forma a se constituir em uma atividade cheia de sentido, autodeterminada, para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas.

Podem-se pensar em outras formas de organização do trabalho, nas quais os indivíduos não estejam simplesmente em um trabalho repetitivo, mas eles possam ter uma certa autonomia e uma certa possibilidade de decisão. Pode-se pensar, igualmente, no desenvolvimento de atividades de ensino, educação, de lazer. E, sob esse ponto de vista, a velha citação de Marx não é tão falsa, quando ele dizia que, talvez, um dia existissem pessoas trabalhariam três horas por dia e depois iriam pescar, ler um bom livro, fazer música, etc. É preciso que os seres humanos possam encontrar a dimensão que se tende a esquecer, que é a histórica, o seu peso na história. É preciso poder também reencontrar o sentido político, o significado dos seus atos, além do prazer de viver juntos; conjugar autonomia individual com autonomia coletiva, que será voltada ao bem comum e ao interesse geral.

O trabalho é um momento efetivo de colocação de finalidades humanas, dotado de intrínseca dimensão teleológica. Como tal, mostra-se como uma experiência elementar da vida cotidiana, nas respostas que oferece aos carecimentos e às necessidades sociais. Nesse sentido, devido à sua importância na vida do sujeito, ele não perde a centralidade.

O postulado de que o trabalho não tem função integradora e identitária e a ênfase dada às atividades alternativas a ele desviam a atenção da importância da sua transformação. Está suficientemente demonstrado que o trabalho pode ser organizado com propósitos sociais e psicológicos, tornando-se uma atividade com interesse e sentido intrínseco, permitindo autonomia, uso e desenvolvimento de conhecimento e habilidades, participação na realização de objetivos coletivos, oportunidades para uma variedade de relações interpessoais e para a obtenção de reconhecimento.

Mesmo o trabalho organizado com propósitos estritamente econômicos permite satisfazer necessidades psicológicas e sociais importantes, ainda mais um trabalho organizado com outros objetivos. O desespero daqueles que ficam sem o seu emprego mostra claramente que o trabalho assalariado é muito mais do que uma atividade meramente instrumental. Esses trabalhadores perdem mais do que o seu salário, perdem a sua dignidade, um espaço importante de afirmação pessoal e ficam privados de um conjunto de relações sociais.

É relativamente consensual que o trabalho remunerado ou o emprego, na sociedade industrial, é uma atividade central que estrutura a vida dos indivíduos e a vida social em geral. Para muitos, na economia

do pleno emprego, o trabalho não é apenas um meio de produção de riqueza, mas também um meio de integração social. O trabalho e o emprego continuam a ter um papel importante na vida das pessoas e na vida social em geral. As previsões relativas à sociedade de lazer baseadas no desenvolvimento tecnológico (automação, microeletrônica) não se realizaram. Não se está diante do fim da sociedade do trabalho, nem sequer diante da extinção do papel do valor do trabalho. Ele pode ser trabalho fluido, disperso, invisível, intensificado, desregulamentado, mas, afinal de contas, é trabalho.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo, 2001.

ANTUNES, R. O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua nova morfologia. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.69, p.107-120, São Paulo: Cortez, 2002.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

BERGER, P. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

CAMINO, L. Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. In: **Psicologia & Sociedade**. São Paulo, v.8, n.1, p.16-442, jan./jun. 1996.

CIAMPA, A. **A história de Severino e a estória de Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COSTA, J.F. **Psicanálise e contexto cultural**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, J.F. (Org.) **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. 2ed. São Paulo: Atlas, 1993, v. 1.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS, C.; DESSORS, D.; DESRIAUX, F. Por um trabalho, fator de equilíbrio. **RAE**, São Paulo, 33(3): 98-104, maio/jun. 1993.

- ENRIQUEZ, E. Perda do trabalho, perda da identidade. *In*: NABUCO, M.R.; CARVALHO NETO, A. (Orgs.). **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: IRT PUC/Minas, 1999. p.69-83.
- FREITAS, M.É. Cultura organizacional: identidade, sedução e carisma. *In*: TORRES, O. (Org.) **O indivíduo na organização**. São Paulo: FGV, 1999.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 4ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GOLDMANN, L. A reificação: *In*: **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n.16, 1967.
- IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1999.
- JERUSALINSKY, A. Papai não trabalha mais. *In*: JERUSALINSKY et al. **O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo/ APPOA** (Associação Psicanalítica de Porto Alegre). Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.
- KOVÁCS, L. **As metamorfoses do emprego: ilusões e problemas da sociedade da informação**. Oeiras, Celta, 2002. c.8. p.137-157.
- LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978.
- LEVY, A. A mudança: este obscuro objeto do desejo. *In*: LEVY, A. et al. **Psicossociologia: análise social e intervenção**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MARTINELLI, M.L. **Serviço social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1991.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1989.
- MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU/Edusp, 1974. v.I.
- MAZZILLI, C.; LUNARDI FILHO, W.D. A visão dejouriana do sofrimento humano nas organizações. **Revista Executivo**, Porto Alegre, RS, v.17, n 1, p.17-24, out./nov. 1995.
- PAGÈS, M. et al. **O poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1993.
- SEVE, L. A personalidade em gestação. *In*: SILVEIRA, P.; DORAY, B. (Org.). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989.



## Compreendendo os meandros de políticas de emprego e renda

### *Understanding the intricacies of policies for employment and income*

Ana Lúcia da Silva GARCIA<sup>1</sup>  
Elizete Alvarenga PEREIRA<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este artigo discute a trajetória de algumas políticas públicas de emprego e renda no Brasil num contexto de crescimento do desemprego e destaca a importância das Comissões Municipais de Emprego como espaço de democratização da política. O texto divide-se em três seções: em primeiro lugar faz-se uma breve discussão sobre a formulação e o desenvolvimento do Sistema Público de Emprego e Renda no Brasil. Em segundo lugar destaca-se a atuação das Comissões Municipais de Emprego como agente de desenvolvimento local. Finalmente faz-se uma discussão sobre as tendências e contradições presentes nas políticas públicas de emprego e renda no Brasil.

**Palavras-chave:** políticas públicas, comissões de emprego, desemprego.

---

<sup>1</sup> Mestre em Serviço Social pela UFRJ, Assistente Social e Coord. de Projetos Sociais AFE/UNIGRANRIO. E-mail: <ana-garcia2006@ig.com.br>.

<sup>2</sup> Mestre em Política Social pela UFF e Assistente Social – AFE/UNIGRANRIO. E-mail: <elizete.alvarenga@gmail.com>.

## ABSTRACT

*This article discusses the path of some public politics of job and income in Brazil in a context of growth of the unemployment and it detaches the importance of the Municipal Commissions of Job as space of democratization of the politics. The text becomes separated in three sections: in first place it is made an abbreviation discussion on the formulation and the development of the Public System of Job and Income in Brazil. In second place it stands out the performance of the Municipal Commissions of Job as agent of local development. Finally it is made a discussion about the tendencies and present contradictions in the public politics of job and income in Brazil.*

**Keywords:** *public politics, commissions of job, unemployment.*

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se a realizar uma breve apresentação sobre a atuação do Estado e sua intervenção na elaboração de políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil. O tema trabalho é uma preocupação que remonta desde a década de 1970 quando o desemprego passou a afetar de forma mais agressiva as economias capitalistas, é a partir desse momento que o desemprego passa a ser analisado como uma questão estrutural. Faremos uma breve discussão sobre a necessidade e obrigatoriedade da criação de um sistema público de emprego no país, conforme resolução da Organização Internacional do Trabalho - OIT e surgimento das Comissões Municipais de Emprego – CME. Por último, discutiremos as contradições e os desafios a serem enfrentados para dar conta da questão do desemprego em nosso país, que deixou de ser um problema conjuntural para ser um desafio na elaboração de políticas sociais em nosso país.

## FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO E RENDA NO BRASIL

As primeiras iniciativas governamentais de estabelecimento de políticas públicas relativas às demandas da classe trabalhadora datam da década de 30, e tem como principais características a regulamentação

das relações entre trabalhadores e empregadores, entre Estado, Sindicatos e Empresariado. Pereira (2000) apresenta como principais medidas diretamente relacionadas aos trabalhadores:

➤ Na década de 30: criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; da Carteira de Trabalho, da Legislação Trabalhista, dos Institutos de Aposentadoria e Pensão.

➤ Na década de 40, durante o governo Vargas: instituição do salário mínimo; promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); criação do imposto sindical, de nova legislação sobre acidentes de trabalho; do Serviço Social do Comércio- SESC, do Serviço Social da Indústria - SESI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- SENAI, da Lei Orgânica do Ensino Comercial e da Criação da Fundação da Casa Popular. Durante o governo Dutra, não houve nenhuma iniciativa voltada para os trabalhadores.

➤ Na década de 50: durante o governo Vargas, o salário mínimo foi aumentado, após oito anos de congelamento, sofrendo reajustes periódicos, sem contudo recuperar as perdas salariais. Durante o governo Kubitschek, há um deslocamento do eixo trabalhista para o eixo desenvolvimentista.

➤ Na década de 60, até 1964, com os governos Quadros e Goulart: criação do Estatuto do Trabalhador, da Confederação dos trabalhadores da Agricultura – CONTAG, do 13º salário, do salário-família para o trabalhador urbano e a promulgação da lei Orgânica da Previdência Social – LOPS. Após 64, durante o regime ditatorial: criação do Banco nacional da Habitação, do Instituto Nacional de Previdência Social- INPS, e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, este último como instrumento que consolidou a extinção da estabilidade no emprego.

➤ Na década de 70: criação do Programa de Integração Social – PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público- PASEP. Com esses dois programas, foi criado um grande mecanismo de poupança compulsória a serviço da reprodução do capital.

A primeira iniciativa do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – SPETR de criação de uma agência pública de emprego no Brasil se deu em 1975 quando o então presidente Ernesto Geisel criou o Sistema Nacional de Emprego – SINE, através do Decreto-lei nº 76.403.

O governo aplicou a resolução parcialmente porque não integrou a participação tripartite e paritária dos trabalhadores e empregadores conforme orientação da OIT, em função do regime ditatorial que vigorava. Instituição de mecanismos e instrumentos de ação setoriais para coordenar a formulação, execução e controle da política social: Conselho Nacional de Política de Emprego, Conselho Federal de Mão-de-Obra, Sistema Nacional de Saúde, Ministério da Previdência e Assistência Social, Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, do Sistema Nacional de Emprego –SINE. Criação do seguro-desemprego, instituído por meio do Decreto-lei nº 2.284 de 1986. Este seguro é um benefício temporário concedido ao trabalhador desempregado, dispensado sem justa causa, a ser requerido nas Delegacias Regionais do Trabalho - DRTs.

➤ Na década de 90: criação do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, instituído pela resolução nº 59 de 25 de março de 1994 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT. Este Conselho foi instituído através da Lei nº 7.998 de 11/01/90 e funciona com representação tripartite e paritária, ou seja, com representantes dos trabalhadores, governo e empresariado.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT passou a ser composto principalmente por contribuições do Programa de Integração Social – PIS e do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, recolhidas pelos empregadores à alíquota de 0,65% sobre o faturamento bruto das empresas. Sua constituição se dá em 1990, período em que houve a expansão do emprego precarizado e do desemprego, declínio do emprego industrial assalariado com registro em carteira, crescimento do trabalho por conta própria, entre outros.

Dentre as competências do CODEFAT está:

- *a aprovação de diretrizes e os programas de alocação de todos os recursos do FAT;*
- *acompanhar e avaliar o impacto social, a gestão econômica e financeira dos recursos e o desempenho de programas realizados;*
- *apreciar, acompanhar e aprovar a execução do Plano Plurianual dos programas a serem executados pelo FAT, bem como os respectivos orçamentos;*

- *fiscalizar a administração do fundo, podendo solicitar informações sobre contratos celebrados com ou em via de celebração e quaisquer outros atos.*<sup>3</sup>

O Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER é administrado pelas Secretarias Estaduais de Trabalho em todo o país e tem como finalidade principal fornecer crédito a setores que não tinham acesso ao sistema financeiro tradicional (micro e pequenas empresas, cooperativa, iniciativas da economia formal) dinamizando empreendimentos que pudessem efetivamente gerar emprego e renda.

O último constituinte da base do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda é o Plano Nacional de Formação – PLANFOR, tendo como principal fonte de financiamento o FAT. Ele foi estruturado em 1995 e implementado a partir de 1996.

A implementação do PLANFOR é feita de forma descentralizada a partir de dois mecanismos: os Planos Estaduais de Qualificação Profissional – PEQs e as chamadas Parcerias Nacionais. Os PEQs são elaborados e coordenados pelas Secretarias Estaduais de Trabalho em conjunto com as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego, que apresentam as demandas de qualificação no nível local e propõe organizações da sociedade civil – ONGs para serem as executoras dos projetos de qualificação profissional.

As fragilidades do PEQ e a baixa efetividade de suas ações levaram o MTE a extinguir o PLANFOR e criar o Plano Nacional de Qualificação – PNQ que é, hoje, a política pública de geração de emprego e renda que tem maior interferência nas Comissões Municipais de Emprego.

O PLANFOR, tinha algumas limitações como pouca integração com as demais políticas públicas de trabalho e renda (seguro-desemprego, crédito popular, intermediação de mão de obra, produção de informações sobre o mercado de trabalho); desarticulação com as políticas de educação; ênfase nos cursos de curta duração, focados em habilidades específicas; fragilidade e deficiência no sistema de planejamento, monitoramento e avaliação. (PNQ, 2003-2007).

<sup>3</sup> Resolução nº 001/90, CODEFAT.

## **CME, espaço que viabiliza a implementação de políticas de emprego e renda**

O CODEFAT ao vincular a transferência de recursos do FAT à existência de Comissões de Emprego e Renda nos estados e distrito federal, deu um importante passo na direção de consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda com a participação da sociedade civil. (Resolução nº 63, de 28 de julho de 1994).

As Comissões Municipais de Emprego e Renda – CME foram constituídas por um colegiado de caráter permanente e deliberativo, de forma tripartite e paritária, que tem por função organizar a política pública de emprego de forma mais descentralizada e democrática. As comissões têm um mandato de 03 anos e decidem sobre a aplicação dos recursos e de programas financiados pelo fundo de amparo ao trabalhador. Assumem papel de sujeitos ativos na definição, elaboração, avaliação e condução de políticas públicas a serem executadas por agências estatais ou privadas. No Estado do Rio de Janeiro foram promovidos cursos de capacitação de conselheiros municipais de emprego para que pudessem realizar um trabalho mais efetivo em seus municípios.

As CMEs tem como objetivo ampliar o processo de participação popular nas decisões sobre políticas públicas de emprego e valorização das potencialidades locais de melhoria das condições de vida da população. A maioria das CMEs foram criadas por decretos municipais a fim de atender às exigências do governo federal para o repasse de verbas do FAT. Por conta disso, iniciaram suas atividades sem a participação da sociedade e não adquiriram visibilidade ou presença ativa em seus municípios.

As comissões fazem o diagnóstico e o levantamento no nível municipal das demandas para qualificação profissional e articulam as organizações responsáveis por executá-las, mediante envio de projetos anuais. Também gerenciam, supervisionam o trabalho e o repasse de recursos.

Um aspecto importante na relação das CMEs com outros atores é a sua “capacidade de mobilização e envolvimento, direto e indireto, de sindicatos de trabalhadores, entidades empresariais e governamentais, ONGs, centros de pesquisa, associações de moradores, escolas, grupos ligados às igrejas” (Marcelo, 1999).

O papel das CME como agente do desenvolvimento local é um projeto, uma estratégia de consolidação das iniciativas de geração de emprego, trabalho e renda levadas a cabo pela sociedade civil. De acordo com o Guia para um processo de capacitação de conselheiros municipais de emprego as CME se tornam “um espaço que se abre para a descentralização da tomada de decisões sobre políticas públicas que considerem a participação em nível local e regional de demandas sociais e econômicas”.

A estratégia de descentralização das políticas públicas de emprego a partir do CODEFAT é fundamental para que o sistema funcione de forma integrada e democrática e, para que os resultados das políticas públicas atinjam os setores e as populações que de fato devem ser beneficiadas. Os governos locais têm autonomia política (a partir da Constituição de 1988) para aderir a programas de transferência de atribuições.

É fundamental que as instituições ou entidades representadas nas Comissões tenham uma atuação relevante e articulada, conferindo este mesmo caráter aos Conselheiros indicados.

## **TENDÊNCIAS E CONTRADIÇÕES PRESENTES EM POLÍTICAS DE EMPREGO E RENDA**

As CME enfrentam vários problemas que dificultam seu funcionamento e desenvolvimento enquanto ator social. Elas enfrentam quotidianamente o problema da desarticulação das bancadas e da própria comissão, da desmobilização da sociedade civil para participação nessa instância, baixa capacidade técnica e propositiva. Porém, foi possível verificar um salto de qualidade na visão que os próprios conselheiros passaram a ter de seu papel, superando a visão inicial de meros identificadores de demandas para cursos de qualificação profissional.

Segundo Claudia Affonso, uma das técnicas envolvidas no processo de formação de Conselheiros desenvolvido pelo CEDAC, podemos destacar esse avanço:

O debate nas comissões municipais tem possibilitado, contudo, a ampliação da disputa em

torno dos projetos de desenvolvimento que interessam a cada uma dessas bancadas. Cada vez, discute-se menos os planos de qualificação, ainda que sejam um tema\*central, e coloca-se em xeque as opções macroeconômicas de desenvolvimento, inerentes à discussão sobre as causas do desemprego" (AFFONSO, 2001, p.104).

Se considerarmos o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda como um todo, a participação das CME para formular, acompanhar e avaliar a execução e desempenho de políticas públicas de emprego e renda tem sido muito pequena. No Estado do Rio de Janeiro, esta participação está praticamente restrita à qualificação profissional.

Não houve uma preocupação por parte dos gestores municipais para investir em recursos sociais no sentido de dialogar sobre a importância e o papel das CME, antes mesmo de sua criação.

Para que uma determinada política possa ser bem sucedida, deve haver interação entre formuladores, implementadores e público alvo. Muitas vezes esta relação se torna difícil pelo distanciamento que há entre a posição ocupada pelos formuladores e a realidade vivenciada pelo público alvo.

Com relação aos formuladores, Lindbom afirma que "eles fazem parte de uma elite formada por integrantes do alto escalão do governo, chefes políticos, dirigentes partidários, entre outros, os quais são responsáveis pela decisão política (Lindblom, 1980, p.56).

Se fizermos uma análise dos programas em execução no Brasil, perceberemos que um dos problemas do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda é que ele se consolidou muito tardiamente, ou seja, nos últimos anos da década de 1990. As políticas associadas a este sistema, apesar dos avanços, não funcionam ainda de forma integrada e também não possuem um sistema de informações adequado.

O SINE- Sistema Nacional de Emprego é um exemplo disso, pois

desde a sua criação foi um programa marcado pela descontinuidade administrativa, pela ausência de

critérios capazes de conduzir um desenvolvimento operacional padronizado, acarretando uma implantação desigual e heterogênea nas diferentes regiões do país". (Marcelo, 1999, 49).

Quanto ao seguro-desemprego foram introduzidas importantes mudanças nas normas para concessão deste benefício como redução na comprovação do tempo de emprego formal, revisão no cálculo dos valores do seguro, diferenciando e elevando as parcelas, entre outros. Entretanto, percebemos que o aumento do desemprego formal tem contribuído para aumentar o número de beneficiários desta política "principalmente na região Sudeste, onde se encontra o maior parque industrial do país e que tem passado por forte reestruturação produtiva nos anos noventa enxugando o quadro do pessoal ocupado neste setor" (Moretto apud Marcelo, 1999, p.63).

Um dos problemas do seguro-desemprego é que esta política se limita a atender somente aos desempregados do setor formal, ou seja, aos assalariados com carteira assinada, deixando de atender mais da metade da população inserida no setor informal (Marcelo, 1999, p.40). As características do mercado de trabalho atual tais como o trabalho temporário, por conta própria, trabalho por tempo parcial, apontam para o esgotamento da sociedade salarial (Castel, 1998) que tem como fundamento o trabalho homogêneo e estável.

A sociedade salarial, semelhante àquela constituída nos países do capitalismo central, notadamente na Europa Ocidental pós Segunda Guerra Mundial, jamais existiu no Brasil. Aqui, historicamente, temos um baixo índice de assalariamento e um sistema de relações de trabalho amplamente autoritário, o que implica em baixa extensão de direitos e garantias sociais através do emprego. (Affonso, 2001).

No que se refere ao PROGER, seus resultados têm sido insatisfatórios e irregulares, pois há uma inadequação dos agentes financiadores do Programa em relação aos grupos atendidos pelo mesmo. "A incapacidade das instituições financeiras públicas em lidar com esse segmento da população explicita a enorme dificuldade de articular uma política social no interior de um sistema financeiro tradicional"(Marcelo, 1999, 67).

A burocratização do processo é, muitas vezes, igual ou superior a necessária concessão de um crédito de grande porte e as garantias exigidas não se adequam à clientela a que se propõe. Conforme Marcelo “isso impede que aqueles que mais precisam reúnam as condições para habilitar-se ao crédito, evidenciando que o problema não se encontra exclusivamente na falta de recursos financeiros, mas também no excesso de burocracia” (Marcelo, 1999, p.45).

Para que o Programa de Geração de Renda esteja integrado a outras políticas públicas de emprego e mais acessível aos tomadores de crédito é imprescindível a criação de um sistema alternativo que possibilite empréstimo de curto prazo e com valor pequeno, garantias de aval solidário, entre outras ações.

## CONCLUSÃO

Compreendemos que o combate ao desemprego em nosso país continua sendo um enorme desafio tanto para o poder público como a sociedade civil organizada. Uma das principais características do mercado de trabalho atual é o fato de o desemprego ter se tornado um problema estrutural, isto dificulta a entrada e a permanência de trabalhadores no mercado e contribui para aumentar ainda mais o contingente de desempregados.

Consideramos que o Plano Nacional de Qualificação – PNQ é um avanço no que diz respeito à participação de atores da sociedade civil (sindicatos de trabalhadores, ONGs, fundações, comissões) na implementação desta política. Destacamos ainda a importância de um controle público mais rígido sobre os recursos aplicados e a efetiva descentralização desta política através da implementação dos Planos Estaduais de Qualificação - PEQs.

Compreendemos que o combate ao desemprego continua sendo um enorme desafio tanto para o poder público como a sociedade civil organizada. As Comissões Municipais de Emprego se apresentam como importante canal para efetivação de políticas públicas de emprego e renda, principalmente as que se referem à qualificação profissional.

## REFERÊNCIAS

AFFONSO, C. **A CUT conselheira**: tripartismo e formação profissional. Concepções e práticas sindicais nos anos 90. 2001. 261f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes. 1998.

CEDAC (org.). **Guia para um processo de formação permanente dos conselheiros municipais de emprego**. SETRAB/RJ, 2000.

CODEFAT. Resolução nº 001, 21 jun. 1990. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br.html>>. Acesso em: 21 mar. 2006.

LINDBLOM, C.E. **O processo de decisão política**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília. 1980.

MARCELO, J. As políticas públicas de emprego no Brasil – rumo a uma nova institucionalidade. *In*: **Capacitação de Conselheiros das Comissões de Trabalho e Emprego – a experiência da CUT de 1998 a 1999**. MTE/SEFOR/CODEFAT/CUT.1999.

MTE. PNQ - Plano Nacional de Qualificação 2003-2007. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br.html>>. Acesso em: 10 mar. 2006.

PEREIRA, A.P. **Necessidades Humanas – subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.



## Consultoria em Serviço Social, um novo espaço profissional

### *Social Service Consulting the new professional slot*

Iara Portella POLVARI<sup>1</sup>  
Mirian FAURY<sup>2</sup>

#### RESUMO

As crescentes transformações no mundo do trabalho, fizeram o Assistente Social rever suas atribuições. O movimento de reconceituação, com a influência marxista fez o profissional se voltar mais ao conhecimento científico, pois teoria e prática se complementam. O trabalho em rede com outros profissionais cada vez mais é fundamental para o assistente social em suas intervenções e para elaboração de programas voltados à qualidade de vida do trabalhador. O Assistente Social na empresa é um profissional muito importante, pois ele é o elo de ligação entre o empregador e os empregados. O Assistente Social é aquele que ouve os anseios, tem a visão do social, trabalha a situação dentro do contexto empresarial, propõe melhorias em processos de trabalho e nas relações líder X liderado. Estamos atualmente no que se denomina era dos serviços, pois com a globalização o mundo do trabalho mudou. O profissional precisa se aperfeiçoar, buscar novos

---

<sup>1</sup> Formanda, Faculdade de Serviço Social, PUC-Campinas. E-mail: <Iara.Polvári@br.rhodia.com>.

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social. Docente, orientadora do Trabalho de Conclusão da Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas. E-mail: <mfaury@puc-campinas.edu.br>.

conhecimentos para poder batalhar pelo seu espaço, principalmente nas grandes empresas. Estas mudanças tornaram difícil contar com este profissional no quadro de empregados da empresa, no entanto através da Consultoria e Assessoria em Serviço Social, um novo campo está aberto para o profissional que pode se ocupar deste espaço profissional dentro das empresas. É de fundamental importância que o Serviço Social não perca as oportunidades de trabalho prestando serviços para empresas, desenvolvendo projetos de gestão social, responsabilidade social, qualidade de vida, enfim, o lista de serviços é extensa neste campo. A ação do Serviço Social nesta área, reverte igualmente para a empresa e para os trabalhadores.

**Palavras-chave:** prestação de serviços, empresa, consultoria.

### ABSTRACT

The great transformations in the world of work made the Social Worker to review their attributions. The movement to favor changing in the concepts linked to Marxist influence leads professionals to improve their scientific knowledge as well as theory and practice complements each other. The networking becomes essential for Social Workers in their interventions and also to the elaboration of programs that improve the employee's quality of life. The Social Worker is a very important professional in the company as they act as a link between employees and employers. They hear other's sorrows, have the social vision, develop the situation considering the company's context and suggest improvements in the job processes as well as they help leaders in their relationship with subordinates. We are in the supplying era as globalization transformed the world. Big companies are now interested in specialized manpower, by this context, workers need to be open-minded and be always improving their knowledge in order to become competitive. Those changes destabilized the maintenance of Social Workers in the company; nevertheless their breaking through is the new opportunities companies are offering them to explore their competences working as Consultants. It is essential that Social Assistance continue to be a demand in the companies and that those workers do not loose an opportunity to develop projects in the fields of social management, social responsibility, quality of life improving and so the extended list of service they can offer. Their action reflects equally to workers and to the enterprise.

**Keywords:** company, consulting, provide services.

## A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

O que se presencia atualmente é uma crise estrutural do capital, que teve início nos anos 1970 e que perdura até hoje, e o capital, em busca de respostas à sua crise, deflagra um processo de reestruturação produtiva, trazendo profundas mudanças no mundo do trabalho, dentre elas o reordenamento da produção, alterando processos e relações de trabalho, mediante inovações no sistema produtivo e nas modalidades de gestão, consumo e controle de força de trabalho.

A reestruturação produtiva, tanto nas organizações públicas como privadas, vem impondo a todos os trabalhadores, incluindo também a categoria de assistentes sociais, mudanças que trazem repercussões como: precarização das relações de trabalho, ameaça de desemprego, exigência de polivalência, multifuncionalidade, desenvolvimento de novas habilidades, entre outros, devido a introdução dos Processos de Reengenharia e Qualidade Total.

Segundo Freire (2003, p.153-154), o assistente social de empresa passou por algumas situações neste período, relatadas a seguir:

- Restrita empregabilidade, com a drástica redução do quadro de assistentes sociais, a intensa demanda explícita de atendimentos individualizados sobrecarregaram os que se mantiveram, impedindo-os de refletir sobre a potencial demanda para exercer outras formas de trabalho, que poderiam favorecer alguma reflexão crítica e controle social.
- O investimento da empresa na capacitação continuada foi sendo reduzido com os novos processos de reestruturação produtiva, até sua total supressão com relação aos assistentes sociais.
- Não havia uma política, diretrizes e proposta profissional para o Serviço Social.
- As diferenças individuais existiam, relativamente às situações e suas determinações, porém, em face das

condições restritivas de trabalho, os profissionais de maior potencial foram desligados, tanto pela redução do quadro como pela sua absorção pelo mercado.

- A reestruturação produtiva é um processo objetivo, independe da vontade subjetiva dos profissionais, diretores, equipes de uma determinada organização, porque há uma lógica econômica política por onde as ações tem que estar fundamentadas.

O posicionamento crítico, em face do neoliberalismo, não é suficiente para auxiliar a intervenção profissional. A realidade demonstra a introdução dessas novas modalidades nos processos de trabalho, nos quais o Serviço Social está inserido.

## FUNDAMENTOS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

As tendências e perspectivas de atuação da profissão devem ser apanhadas no contexto histórico, na realização das suas funções e no nível de maturidade intelectual e ideo-política de uma profissão.

Além do Código de Ética Profissional e embora o Serviço Social seja regulamentado como um profissional liberal, não tem essa tradição na sociedade brasileira. É um trabalhador especializado, que vende a sua capacidade de trabalho para algumas entidades empregadoras. A profissão passa a constituir-se como parte do trabalho social produzido pelo conjunto da sociedade, participando da criação e prestação de serviços que atendem as necessidades sociais. (IAMAMOTO, 2001, p.24).

Segundo Karsch (1987), estas tendências mais gerais se fundem com as determinações particulares do Serviço Social e as alteram em termos das demandas, dos usuários dos valores, da cultura, dos padrões

societários, das requisições. Agora, estimula-se as atividades de gerência, administração e racionalização dos serviços. Há uma clara oposição entre, de um lado, as demandas do capital: desonerar orçamentos com as políticas sociais, avaliação de programas e de instituições sob os critérios racionalizadores a relação custo x benefício, de outro, as dos excluídos: assistência e proteção social.

## SERVIÇO SOCIAL ORGANIZACIONAL

O Serviço Social depende da organização social em que se encontra, onde exerce a sua função social, sofre as conseqüências de sua condição de serviço, assumindo competências até muito importantes como entidade gestora de estratégias administrativas e políticas. Mas o seu comportamento só é explicável com um exame detalhado de suas atribuições na conformação organizacional em que se localiza, e analisado sob a ótica da lógica do capital e do Estado. A empresa, como qualquer aparelho estatal, se modifica em alguns aspectos, não necessariamente essenciais, mas no que se refere à suas reformulações administrativas. Como se dá o movimento das organizações e como isso atinge o Serviço Social, no seu exercício profissional.

Segundo Mota (1998), ...."a *cooperação desenvolvida e complexa que se efetiva na grande empresa, segundo modernos preceitos da teoria administrativa, não é formal, prescrita por um modelo*". Ela é movimento subordinado às curvas do mercado. No caso do departamento de Serviço Social na empresa, estuda-se uma história de muitos anos de existência, através da qual se vislumbra o modo como atribuições e posições dos Assistentes Sociais acompanham esses movimentos. O processo produtivo, que se estende para além dos muros das empresas, continua oferecendo espaços para a atuação de Assistente Social.

Para Chiavenato (2003): ..."*dentro das organizações, nas políticas de Recursos Humanos, as inovações introduzidas na administração se baseiam em critérios e metas de qualidade e produtividade da empresa e buscam o estabelecimento da cooperação e integração da força de trabalho*". O momento atual, traz para a ação gerencial, entre outros desafios, a gestão dos Recursos Humanos, o que implica no desenvolvimento de novas habilidades para gerenciar as mudanças dos processos de trabalho, as estratégias para obter melhores resultados e para gerenciar equipes.

Exige-se dos profissionais nesta nova situação um perfil gerencial, com algumas características bastante diferenciadas das décadas de 70 e 80, tais como ser curioso e estudioso, ter a performance como ferramenta de comando, ser independente e ter visão global, liderar mudanças e ser um facilitador e seu conhecimento é fruto de um aprendizado contínuo.

## ASSESSORIA, PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL

Estamos atualmente na era dos serviços, pois com a globalização o país abriu novas fronteiras. O avanço tecnológico, a economia seguiu um caminho onde a mão-de-obra foi precarizada, os empregados tem que aumentar suas competências técnicas, gerenciais, pois o mercado está muito competitivo, o perfil profissional mudou, os posto de trabalho diminuíram e o mundo do trabalho mudou, o profissional precisa se aperfeiçoar, buscar novos conhecimentos para poder garantir seu espaço, principalmente nas grandes empresas.

O fenômeno da globalização conduz e obriga as empresas a serem eficientes, eficazes e competitivos, portanto, necessitam de profissionais com perfil empreendedor para assessorar e implantar projetos com foco estratégico, nos negócios da empresa.

*O Serviço Social sempre foi chamado para atuar nas empresas, para eliminar focos de tensões sociais, criar um comportamento produtivo da força de trabalho, contribuindo para reduzir o absenteísmo, viabilizar benefícios sociais, atuar em relações humanas nas esferas do trabalho (IAMAMOTO, 2001, p.47).*

As mudanças estruturais que vem ocorrendo estão trazendo, entre outros reflexos, redução dos níveis hierárquicos e a redução dos segmentos de execução das políticas de RH, promovendo o processo de terceirização, inclusive do próprio Serviço Social, enquanto executor das políticas de assistência e benefícios.

Se hoje cabe ao gerente mediar as relações de trabalho, cabe à área de RH, e nela o Serviço Social, estar assessorando o gerente. A

demanda empresarial para o Serviço Social é de buscar a colaboração das equipes de trabalho para atingir as metas de produção, além da atenção em relação à reprodução da força de trabalho. O investimento empresarial é todo no sentido de alcançar, por parte dos empregados, maior produtividade e satisfação para o trabalho. Antes, o enfoque era voltado para a concessão de benefícios e espaços para a participação dos empregados que permitiam ao empresariado o abafamento dos conflitos, hoje, a demanda empresarial está muito mais direcionada para o alcance dos resultados que respondam aos impactos do mundo globalizado, direcionando o foco para a obtenção da confiança do trabalhador, através da confiança mútua.

### CONSULTORIA E SERVIÇO SOCIAL

O campo de Consultoria e Assessoria em Serviço Social é novo para o profissional de Serviço Social. Há 10 anos aproximadamente começou esta abertura de campo de trabalho, pois com a reestruturação produtiva, os assistentes sociais de empresas perderam o seu espaço de trabalho dentro da empresa, e tem como alternativa, a prestação de serviços, como assessor ou consultor, dentro da perspectiva de terceirização.

*A Consultoria, de uma forma ampla, é o fornecimento de determinada prestação de serviço, em geral por um profissional muito qualificado e conhecedor do tema, provido de remuneração por hora ou projeto, para um determinado cliente. O serviço de Consultoria oferecido ao cliente acontece por meio de diagnósticos e processos e tem o propósito de levantar as necessidades do cliente, identificar soluções e recomendar ações. De posse dessas informações, o consultor desenvolve, implanta e viabiliza o projeto de acordo com a necessidade específica de cada cliente. (ORLICKAS, 2002, p.39).*

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto atual, onde as relações de trabalho mudaram, as pessoas buscam sua auto afirmação, seu crescimento profissional

acima de qualquer coisa, pois não existe mais estabilidade de emprego; falta qualificação profissional, o mercado de trabalho está muito concorrido, devido a concorrência e para manter a competitividade, as empresas e os profissionais buscam cada dia mais, trabalhar e trabalhar esquecendo a família, a qualidade de vida. Esta situação colabora para o isolamento, o individualismo está forte nas organizações, não existe mais cooperação, o trabalho em equipe está cada dia mais difícil de manter. Nesta situação, o ser humano se sente mais fragilizado, emocionalmente abalado, as doenças acabam se instalando e as relações familiares se deterioram. Nesta época de perda de valores, destaca-se o papel do Serviço Social que vai atuar junto ao empregado ouvindo seus anseios, buscando orientá-lo e fazer a mediação das relações empresa X empregado, através do plantão social, atuando e apoiando nas ações estratégicas do serviço de Recursos Humanos.

Os profissionais de RH reconhecem o trabalho do Serviço Social, trabalham em parceria, buscando sempre a melhor solução para a problemática apresentada pelo empregado, seja ela a orientação sócio-econômica, familiar, os afastamentos médicos, orientando o empregado para que ele próprio encontre a solução para seu problema, visando ações emancipatórias.

As demandas profissionais para o Serviço Social foram ampliadas no âmbito empresarial, com um papel de assessoria gerencial às áreas de Recursos Humanos, intermediando as relações entre o trabalho e a vida familiar do trabalhador, o que muda é que essa ação está cada vez mais consolidada e integrada às estratégias de competitividade, baseada em uma política de parceria entre empresa e trabalhador.

A consultoria e assessoria são espaços abertos para os profissionais com perfil empreendedor, criativo, que buscam o aperfeiçoamento profissional contínuo, pois o mundo corporativo é muito complexo, com políticas próprias, formas de trabalhar e dinâmicas diferentes. Diante deste fato, o profissional de Serviço Social deverá se especializar em gestão de pessoas, para ser inserido na área de Recursos Humanos das empresas, onde este profissional não tem muito espaço atualmente. O Assistente Social, embora especialista, tem uma atuação generalista, facilitando a interação com as pessoas com as quais se relaciona, portanto, o foco em educação continuada deve ser constante, pois agregará conhecimento, podendo atuar nas ações estratégicas de Recursos Humanos, como treinamento e desenvolvimento de pessoas.

## REFERÊNCIAS

- CHIAVENATO, I. **Administração de Recursos Humanos – Fundamentos básicos**. 5ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.
- FREIRE, L.M.B. **O Serviço Social na Reestruturação Produtiva – Espaços, programas e trabalho profissional**. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.
- IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**. São Paulo: Ed. Gente, 2001.
- KARSCH, U.M.S. **O Serviço Social na Era dos Serviços**. São Paulo: Ed. Cortez, 1987.
- MOTA, A.E. **A Nova Fábrica de Consensos**. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.
- ORLICKAS, O. **Consultoria Interna de Recursos Humanos**. São Paulo: Ed. Futura, 2002.



**Políticas para infância de 0 a 6: Os desafios da LDB  
para a garantia de direitos sociais**

***Policies for childhood (0-6 years): The challenges  
of the NEDBL for warranty of social rights***

Ana Paula TATAGIBA<sup>1</sup>

**RESUMO**

Partindo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente, aprovada há 10 anos, neste artigo compartilha-se com os leitores aspectos relacionados ao trabalho das educadoras das creches públicas cariocas no que tange à sua vinculação institucional com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Vinculação esta que repercute em seu status de trabalhadoras, influenciando no acesso e garantia de direitos trabalhistas. Discute-se, também, a atuação do Estado e das organizações da sociedade civil na implementação das políticas públicas, bem como as repercussões destas atuações para a garantia dos direitos da infância.

**Palavras-chaves:** infância, políticas sociais, trabalho.

**ABSTRACT**

Starting from the current National Educational Directives and Bases Law, which has been effective for 10 years, this article invites the

---

<sup>1</sup> Pedagoga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Política Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Graduanda em Serviço Social na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <aptatagiba@yahoo.com.br>.

reader to share the aspects related to the educators' work in public day nurseries in the city of Rio de Janeiro and their institutional bond to the Rio de Janeiro City Hall. This bond reflects on the educators' working status, influencing their access and warranty of worker's rights. This article also discusses the actions of the State and the civil society organizations on the implementation of public policies, as well as the implications of these actions on the assurance of childhood rights.

**Keywords:** childhood, social policies, work.

## INTRODUÇÃO

Em 20 de dezembro de 2006 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9394/96) - vigente aniversariou: completou 10 anos!

Entre as reivindicações por ela legitimadas, consta a inserção do atendimento à infância de 0 a 6 anos – notadamente das crianças de 0 a 3 – no âmbito dos sistemas de ensino.

No que tange à organização geral da educação infantil, a LDB passou a preceituar que:

Art. 4º. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

(...) IV – atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;

Art. 11. Os municípios incumbir-se-ão de:

(...) V – oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade o ensino fundamental (...);

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Art. 89. As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino.

Partindo do enfoque acerca da natureza das pesquisas, sistematizado por Maria Cecília Minayo (2003, p.17), que a entende como uma “prática teórica” que “vincula pensamento e ação” – onde, “*nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática* [grifado no original]”, é importante frisar que, com a descentralização do atendimento em educação infantil, muitos pesquisadores concentraram esforços em estudar as experiências desenvolvidas nos municípios, tais como: Blumenau (BENTO, 2004), Curitiba (SEBASTIANI, 1996), Porto Alegre (ROCHA, 1997) e São Paulo (OLIVEIRA, FERREIRA, 1989), entre outros.

No que tange à experiência do Rio de Janeiro, durante a realização do I Simpósio Nacional de Educação Infantil, em 1994, Rita Bendetson (BENDETSON, 1994, p.94) reconheceu o dualismo e o paralelismo histórico dos serviços públicos na área, repetindo um padrão nacional: a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS<sup>2</sup> - implementava ações voltadas, principalmente, para crianças de zero a três anos, ao passo que a Secretaria Municipal de Educação - SME - atendia às crianças de quatro a seis anos.

Assim é que a partir de setembro 2001 - portanto, com dois anos de atraso em relação ao prazo legal estipulado -, o poder público municipal transferiu, oficialmente, para a SME “a responsabilidade pelo atendimento prestado pelo Município às unidades de educação infantil”

---

<sup>2</sup> A partir de maio de 2004 a SMDS passou a chamar-se Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS. Neste estudo, porém, serão feitas diferentes referências ao órgão, de acordo com sua nomenclatura na época que estiver sendo analisada.

(PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2001), dando início a um processo que envolveu mudanças muito significativas no cotidiano de muitas creches - que, ao longo de décadas, já tinham forjado um padrão de relacionamento com o Estado através da SMDS.

O depoimento do ex-secretário de Desenvolvimento Social Marcos Moura Vales, por ocasião da efetivação do que preceitua a LDB, dado em 2001, contribui para a apreensão das problemáticas e tensões que se anunciaram, em decorrência da medida:

Esse foi mais um desafio que o Prefeito [...] nos fez. Acontece que, por força da Lei de Diretrizes e Bases – uma lei federal -, as creches deveriam integrar o sistema público de educação. Foi dado um prazo para se trazer a transição. Prazo vencido durante a gestão do Prefeito anterior. Na verdade, foram empurrando com a barriga. É a velha história de que ninguém quer abrir mão de poder. Qual o secretário que concorda em perder quase 400 equipamentos para outra Secretaria? Eu topei. [...] E isso não foi fácil não. A Secretaria de Educação trabalhava exclusivamente com servidor concursado. Nossas creches, por se situarem – praticamente todas – em comunidades faveladas quase não contavam com servidores do quadro. [...] Foi muita coisa nova ao mesmo tempo! (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2004, p.219.)

Neste contexto, no presente trabalho compartilha-se com os leitores elementos marcantes sistematizados após a realização de pesquisa desenvolvida durante o curso de Mestrado em Política Social, no âmbito do Programa de Estudos Pós-Graduados da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF - que resultou na elaboração da dissertação intitulada *O que os olhos não vêem: práticas e políticas em Educação Infantil no Rio de Janeiro*.

A pesquisa em tela teve como objeto de estudo o processo de transferência das creches da esfera administrativa da Secretaria Municipal

de Desenvolvimento Social à esfera da Secretaria Municipal de Educação - SME. Durante a realização do trabalho teve-se em mente a consecução dos seguintes objetivos:

- caracterizar as políticas sociais destinadas às crianças de zero a seis anos, implementadas pelo Estado Brasileiro a partir da década de 70, contextualizando-as no cenário político-econômico nacional;
- analisar a vinculação das políticas sociais destinadas ao atendimento do pré-escolar, no âmbito do aparelho estatal, estabelecendo as inter-relações entre Assistência Social e Educação;
- situar historicamente a experiência carioca de Educação Infantil, destacando-se as ações desenvolvidas na modalidade *Creche*, apreendendo o significado das mudanças encetadas na década de 90 e suas repercussões no contexto social mais amplo.

Foi realizado estudo de caso, ampliando-se o conhecimento das primeiras creches públicas da 1ª Coordenadora Regional de Educação - CRE - que foram transferidas da Secretaria Municipal de Assistência Social para a Secretaria de Educação.

O trabalho de campo, realizado durante os anos de 2004 e 2005, envolveu a realização de visitas às dezenove instituições localizadas na área de abrangência da 1ª CRE, o contato face a face com cerca de 300 profissionais, a realização de entrevistas<sup>3</sup>, além do acompanhamento dos debates relacionados à educação infantil desenvolvidos no Conselho Municipal de Educação - CME.

Embora diferentes aspectos referentes à trajetória das políticas sociais direcionadas à infância tenham sido estudados ao longo da pesquisa realizada, neste artigo destacar-se-ão os elementos que possibilitam a caracterização das condições de trabalho dos profissionais das primeiras creches públicas cariocas.

Assim, espera-se dar maior visibilidade aos caminhos que vêm sendo privilegiados pelo poder público carioca na implementação das políticas educacionais para a infância, já que, num contexto de precarização do trabalho, de amplas tentativas de minimização das

---

<sup>3</sup> Utilizou-se entrevistas semi-estruturadas e ao todo foram entrevistados 32 educadores nas creches da citada área. O material coletado foi organizado e estudado a partir da análise de conteúdo.

garantias conquistadas e do crescente desemprego estrutural é patente o escamoteamento e o não cumprimento do que apregoa a legislação trabalhista ainda existente.

### **PROJETOS EM BUSCA DE HEGEMONIA: REFLEXÕES SOBRE A DICOTOMIA “ATUAÇÃO DO ESTADO/ATUAÇÃO DA SOCIEDADE”**

Análises sobre o papel do Estado brasileiro e sua atuação na formulação das políticas sociais devem estar articuladas tanto ao contexto social e econômico nacional quanto às relações que este estabeleceu com a sociedade como um todo, principalmente na conjuntura do final do século XX.

Elaine Behring, estudando a política macroeconômica dos governos federais no período de 1994 a 2002, oferece subsídios para se problematizar a participação da sociedade no processo de definição dos diferentes aspectos das relações sociais.

A pesquisadora cita a queda da taxa da inflação e o crescimento do emprego como efeitos iniciais do Plano Real, sustentando que, a despeito da intenção governamental em divulgar que “o ajuste fiscal não iria atingir os mais pobres”, esses pontos, inicialmente favoráveis, além de não se manterem, reverteram-se negativamente, fazendo-se acompanhar por outros – como a manutenção da relação entre pobreza e distribuição de renda, alta inflacionária e consumo dos pobres e a queda da renda *per capita* no período de 1998 a 2001 - que comprovaram o empobrecimento dos trabalhadores. (BEHRING, 2002, p.184-187).

Behring (2002, p.182) situa a “Reforma do Estado” nessa discussão, afirmando que esta também gerou desemprego através do Programa de Demissão Voluntária e do incentivo a vinculações trabalhistas instáveis nas diversas organizações da sociedade.

Para entender melhor em que consistiu tal Reforma, vale frisar que o ministro Bresser Pereira – um dos formuladores do Plano Diretor da Reforma do Estado - situou-a “como condição para a renovação do Estado, a fim de melhor adequar-se às necessidades sociais”. (BRESSER PEREIRA; CUNILL GRAU, 1999, p.7).

Propondo a valorização das organizações “públicas não-estatais”, Bresser Pereira e Nuria Cunill Grau, precisam que “são organizações ou

formas de controle 'públicas' porque voltadas ao interesse geral; são 'não-estatais' porque não fazem parte do aparato do Estado, seja por não utilizarem servidores públicos, seja por não coincidirem com os agentes políticos tradicionais". (BRESSER PEREIRA; CUNILL GRAU, 1999, p.17).

Descartando a nomenclatura ONGs e Organizações da Sociedade Civil – OSCs - , esses autores aceitam, contudo, a expressão "Terceiro Setor" para representar este setor "público não-estatal", citando a crise fiscal como um dos fatores impulsionadores para a redescoberta dessas organizações.

No âmbito mais estrito dos estudos das organizações que emergem da sociedade civil, Carlos Montaña também relaciona a emergência do Terceiro Setor com os processos de reestruturação produtiva e com a reforma do Estado, num contexto de consolidação das práticas inspiradas no ideário neoliberal.

Criticando o retalhamento da sociedade em setores aparentemente autônomos e desvinculados, Carlos Montaña (2005, p.53) aponta que, numa visão bastante reducionista, o "primeiro setor" é o Estado, responsável pela área da(s) política(s) e em franca decadência, dada sua inoperância e ineficácia; o "segundo setor" refere-se à esfera mercantil, campo do econômico, esfera na qual são estabelecidas as relações de compra e venda de mercadorias, bens e serviços e; por fim, o "terceiro setor", representado pela "sociedade civil", que seria o *locus* de reivindicação e defesa de tudo o que se refere ao "social".

Indicando "debilidades conceituais" na literatura existente sobre o tema, Montaña (2005, p.54-56) explicita, entre outros, os seguintes aspectos:

- a identificação do *Terceiro Setor* com *sociedade civil*, na verdade, inverte a visão expressa pelo mesmo ao transformá-lo em uma espécie de "setor originário" – logo, "primeiro setor" - já que "historicamente, é a sociedade que produz suas instituições, o Estado, o mercado, etc.";
- há uma imprecisão quanto à composição do campo, por vezes definido como o conjunto de instituições privadas, não-governamentais, sem fins lucrativos, auto-governadas ou de associação voluntária, podendo-se, de acordo com os teóricos nos quais se busca referências, incluir organizações formais ou informais, atividades individuais, sindicatos, movimentos políticos, entre outros; sendo "*um conceito que antes confunde do que esclarece* [grifado no original]".

Para Carlos Montaño (2005, p. 57-58), as

chamadas *organizações não-governamentais* (ONGs), quando hoje passam a ser financiadas por entidades, muitas destas de caráter governamental, por meio das *parcerias*, ou quando são contratadas pelo Estado (federal, estadual ou municipal), para desempenhar, de forma *terceirizada*, as funções a ele atribuídas, não parecem tão fiéis a seu dito caráter “não-governamental” e à sua condição de auto-governada. Efetivamente, o Estado ao estabelecer “parceria” com determinada ONG e não com outra, está certamente desenvolvendo uma tarefa seletiva, dentro e a partir da *política governamental*, o que leva tendencialmente à presença e permanência de certas ONGs e não outras, e determinados projetos e não outros – aqueles selecionados pelo(s) governo(s). [Assim], a dita “não-governabilidade” e a “autogovernabilidade” dessas organizações encobre o fato de estarem *integradas* tendencialmente à *política de governo*.

Neste sentido, o autor interpreta as isenções de impostos dadas às empresas, a garantia de espaços na mídia e a construção de uma imagem positiva junto ao mercado consumidor como vantagens auferidas por algumas organizações do Terceiro Setor como comprovações de que esta têm “claro *fim lucrativo*, ainda que indireto”. Já o lucro direto, é considerado “certo” em organizações “pilantrópicas”, nas quais “alguém bem relacionado monta uma ONG, e daí consegue financiamento, a maior parte do qual se destina a seu salário como gerente ou diretor”. (Montaño, 2005, p.58).

#### **APONTAMENTOS A PARTIR DO CAMPO: O Exercício profissional dos educadores de creche**

Serão apresentados abaixo, dois eixos analíticos, organizados a partir das observações realizadas e dos temas mais recorrentes presentes nos relatos dos entrevistados.

## A identidade do educador

Pode-se afirmar que as instituições de educação infantil e os educadores que lá trabalham guardam uma identidade: são instituições que se organizaram, primeiramente, como organizações *comunitárias*, tendo alicerçado seu trabalho na atuação de moradores que atuavam como voluntários e contavam com baixa escolaridade. Essas características, contudo, são marcas que, ao que tudo indica, se deseja esmaecer.

Tal tentativa de esmaecimento evidenciou-se, principalmente, pela forma com que se estrutura atualmente o trabalho pedagógico das creches, permeado por sutis tentativas de destituição das recreadoras – profissionais que lidam diretamente com as crianças e ainda são “remanescentes” do trabalho organizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social – da responsabilidade pelo seu fazer cotidiano.

Os relatos abaixo exemplificam a percepção de muitos educadores:

### Relato 1

Entrevistadora: E alguma vez você pensou em desistir desse emprego?

Educadora: Bom, o único momento em que eu pensei em desistir foi quando eu vi que não tinha reconhecimento, mas não por parte dos pais. Que eu já tinha percebido que muitas vezes os pais não reconhecem sequer o trabalho dos professores nas escolas, que tão pouco iam levar à sério as recreadoras, ainda que elas sejam educadoras, formadas ou não.

Mas quando eu percebi isso por parte da direção que, quando elas falavam de valorização profissional, que era só uma teoria, que na verdade não acontecia. (...) Falavam assim: “Não deixem que te chamem de tia, porque você não é irmã do pai ou da mãe. Fale para chamar de professora, de educadora, mas não de tia”. Mas na verdade, nós não éramos tratadas como professoras ou educadoras. Muitas vezes, vinha uma postura da própria direção que nos tratava como se fôssemos babás ou só recreadoras.

Entrevistadora: E porque vias você acha que passa esse reconhecimento? (...) É na forma de chamar?

Educadora: Não, eu acho que nessa questão, a direção/ coordenação até procura tratar de forma igual, igualitária. Mas eu acho que nessa questão que eu tinha falado do planejamento. Eu me sinto incapaz! Chegar com o planejamento pronto e falar: nós vamos dar isso.

No primeiro ano, (...) nos primeiros meses que eu comecei a trabalhar lá, eu fazia o planejamento da minha turma, eu fazia minhas atividades, eu pesquisava, eu ia em livros, eu ia em sites, eu fazia tudo do jeito que eu queria... Seguiu os temas que ele determinava, no caso, o diretor determinava, mas eu fazia e eu colocava ali mil atividades. E eu achava isso ótimo porque eu não precisava ficar fazendo como a minha colega de turma vez. Eu até sugeria que ela fizesse também, se ela achasse que era bom pra turma, enfim... Mas eu fazia, eu tinha liberdade para isso e eu falava: Eu estou desenvolvendo o meu lado de educadora, de profissional, porque eu estou indo atrás.

Agora ela chega com o planejamento pronto e diz: Olha, esse é o planejamento, vocês têm sugestão? Então, você fica meio que... Será que ela acha que nós somos incapazes de fazer? Ou será que ela acha que o quê a gente vai fazer não vai ficar bom? Aí eu fico pensando como é que fica a cabeça das recriadoras, das meninas que não são professoras, que não são pedagogas, que não têm uma formação nessa área..." (Depoimento de D.)

Apesar de a recriadora informar que a direção da creche desaprova que os pais se dirijam à profissional de creche como "tia" – forma de tratamento que também é mencionada por Sonia Kramer (2001, p.98) como uma espécie de "prêmio de consolação" recebido por essas profissionais pela desvalorização do seu trabalho -, a mesma avalia que a falta de credibilidade na sua atuação assenta-se em outras bases: na perda da autonomia para planejar o seu trabalho.

Assim, expressões referenciadas ao passado, tais como "*eu fazia e eu colocava ali [no planejamento] mil atividades*", "*eu tinha liberdade*", "*estou desenvolvendo o meu lado de educadora, de profissional*", "*estou indo atrás*", contrapõem-se ao presente que parece ser resumido numa indagação: "*Será que ela acha que nós somos incapazes de fazer?*"

A presunção da incapacidade da recreadora é percebida por ela, principalmente, pelo fato do planejamento lhe ser entregue já elaborado pela professora articuladora - PA<sup>4</sup>. Desta forma, até a sondagem feita pela PA com o grupo de recreadoras sobre possíveis sugestões, acaba soando como o cumprimento de um ritual de boa educação.

Por outro lado, sabe-se também que, quando há a intenção de construção de um trabalho coletivo – quando se deseja realmente que o outro fale -, há uma organização para que o mesmo ocorra, já que toda construção é um processo. Assim, a simples entrega de algo completo, acabado, pouco incentiva a participação de qualquer profissional.

## Relato 2

Entrevistadora: E essa reunião com os pais é de quanto em quanto tempo?

Educadora 2: Na minha, é de dois em dois meses...

Educadora 1: Eu, sinceramente, não vejo reunião com os pais. Eu estou lá há poucos meses... Não vejo educador e pais, até porque a gente não tem acesso a pai. Ela [diretora] já deixou bem claro: o pai pode chegar lá fazer um escarcéu, o que for... Não é para a gente falar nada! É para passar para a secretária. E aí, você não tem o contato com os pais... Porque eles têm que saber quem sou eu, eu tenho que saber quem são eles. Eu quero ter o contato para saber como eu posso ajudar àquela criança. Que às vezes, é uma criança recuada, que não participa de nada... Porque se eu souber o que está acontecendo lá no dia-a-dia dela, eu posso ajudar ela ali, naquele ponto.

Entrevistadora: E esse contato com a família você acha que é pouco?

Educadora 1: Esse contato não tem, não existe! Eu não vejo... E pelo que eu vejo lá, relatos das educadoras que estão lá há mais tempo do que eu, não existe mesmo. É: falou com a Direção, depois a Direção passa para mim e aí acabou.

---

<sup>4</sup> Os cargos de diretor e professor articulador são ocupados por docentes, já pertencentes ao quadro de servidores efetivo da SME e são responsáveis pela gestão administrativa e pedagógica da creche. Cabe ao professor regente articulador participar na elaboração, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da instituição.

Educadora 2: É por isso que eu costumo sempre falar com as mães: “- Tem algum probleminha? Vem primeiro na educadora, que é para conversar com ela”. Depois vocês vão para a diretora. Porque, quem fica com a criança 10 horas, é a educadora. Não é a direção! (Relatos de F. e G.)

O relato 2 constitui-se num trecho de uma das entrevistas realizadas em dupla, com educadoras de instituições diferentes e que já tinham um vínculo de amizade.

Distanciada do contato direto com os responsáveis, a educadora 1 comenta a orientação da instituição: “o pai pode chegar lá, fazer um escarcéu, o que for... Não é para a gente falar nada! É para passar para a secretaria.”. A recreadora, obviamente, reage: “ E aí, você não tem o contato com os pais”.

A possibilidade de, à primeira leitura, tal encaminhamento poder ser entendido como uma tentativa de poupar a recreadora de aborrecimentos e de embate com algum responsável numa situação mais delicada, é descartada quando a recreadora menciona que esta é uma prática corrente: *“Esse contato [com a família] não tem, não existe! E pelo que eu vejo lá, relatos das educadoras que estão lá há mais tempo do que eu, não existe mesmo.”*

Evidencia-se assim que, da mesma forma que o primeiro relato explicita a redução da participação das recreadoras no processo de planejamento, estas vêm dificultado o contato com a família.

Assim, quando a educadora 2 completa sua opinião dizendo que *“quem fica com a criança 10 horas é a educadora. Não é a direção!”*, chama para si um direito, alicerçado no trabalho diário desenvolvido e na autoridade que este lhe confere para relacionar-se com os pais. Afinal, quem, melhor do que ela domina o conhecimento do dia-a-dia da criança que ela atende?

## RELACIONAMENTO COM AS OSC'S

É importante lembrar que, ao longo da história, as políticas sociais foram focalizadas na classe trabalhadora e, conseqüentemente, o atendimento às crianças de 0 a 6 anos, de início, só se justificava para as camadas pobres da população.

Assim, compreende-se porque uma instituição, como a creche, referenciada, inicialmente, nas mulheres trabalhadoras das indústrias e do comércio (ainda que de forma menos enfática), tenha se vinculado, no campo das políticas sociais, às áreas de trabalho e assistência. Entende-se, também, porque suas características mais marcantes foram: utilização de poucos recursos, trabalho voluntário, desprofissionalização, ênfase na participação das famílias atendidas e o descompromisso na constituição de um atendimento público, gratuito e de qualidade.

Especificamente, na cidade do Rio de Janeiro, cabe mencionar que, desde os anos 80, o atendimento prestado nas creches caracterizava-se de forma bem peculiar:

Os responsáveis pelo desenvolvimento do Projeto [creches em Centros Comunitários] junto às crianças eram moradores das comunidades, em geral mulheres, contratadas pela Prefeitura como prestadores de serviço. Assim formou-se a categoria de Agentes Comunitários – educadores e merendeiras. O critério de seleção para essas funções era o do envolvimento com os trabalhos comunitários e a atuação com as crianças. O nível de escolaridade não era um fator determinante para contratação. [...] (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1995, p. 8-9).

Já em 1994, surge, na composição do quadro de funcionários das creches, a nomenclatura “agente-bolsista” para designar os trabalhadores que eram remunerados pelas entidades que já estabeleciam convênios com a Prefeitura: devendo morar na comunidade (ou nas adjacências) em que a creche estava localizada, esse profissional precisaria ter concluído o atual Ensino Fundamental para exercer as funções de agente cozinheiro ou agente lactarista; e o atual Ensino Médio para as funções de agente administrativo e agente educador (para este também priorizava-se a formação em Magistério). A idade mínima de 18 anos e a experiência anterior em trabalho envolvendo crianças também eram pré-requisitos, além do fato de não poder ser membro da diretoria da organização da sociedade civil que estabeleceria o convênio.

Já em 1995, a própria SMDS avaliava que esses agentes-bolsistas que trabalhavam em algumas creches ao lado de servidores da Prefeitura, “não [tinham] direitos trabalhistas assegurados, não [tinham] vinculação empregatícia com a Prefeitura, mas [estavam] subordinados às diretrizes técnicas da Secretaria.” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1995, p. 9)

Assim é que, transcorrida uma década, as referências às organizações da sociedade civil - OSC's (associações de moradores, organizações feministas, escolas de samba, organizações não-governamentais, entre outras) feitas durante as entrevistas com os profissionais de creches referem-se, basicamente, às relações estabelecidas para a formalização do vínculo empregatício. O recebimento dos salários e o não pagamento de direitos trabalhistas são os fatos mais significativos que fazem com que a ligação com a OSC seja lembrada, como os relato abaixo patenteiam:

### Relato 3

Entrevistadora: Um outro ator importante, pelo que você falou, era a ONG. Como é que era essa relação de vocês com a ONG ? Quem recebia pela ONG ? Você tem noção?

Educadora: Todo mundo... Era até meio tumultuado, por quê? Porque a gente recebia... Era uma coisa assim: a minha carteira era assinada pela ONG. Todo mundo ali era pela ONG. A gente sabia que tinha um convênio com a Prefeitura. Até hoje eu não sei direito como é isso. A Prefeitura pagava a metade, a ONG pagava a metade. Eu não sei... Ou ela pagava tudo... Eu sei que era isso. Só que quem tem responsabilidade com a gente é a ONG, que assinava a carteira, que pagava, que tudo. Mas vinha sempre atraso, atraso de pagamento. Já chegaram a me falar que o dia do pagamento era o décimo segundo dia útil! Isso, numa dessas reuniões que eu fui perguntar. Assim que eu iniciei, entendeu? Eu perguntei por que eu nunca recebi no dia. Dava o dia, eles pagavam quando eles queriam e era... O que eles falavam que era: a Prefeitura não pagou. Aí, a gente ia para a Prefeitura, ligava para a Prefeitura... Arrumamos um telefone da Prefeitura, fomos para lá. A Prefeitura virava pra gente e falava: 'Eu? Eu? Não sou

eu, o patrão de vocês. O patrão de vocês é a ONG. Eu não devo nada a vocês.' E a gente ia para a ONG. A ONG falava: 'Foi a Prefeitura. A Prefeitura não pagou.' Então eles ficavam nisso. A gente não era nem funcionário da ONG nem da Prefeitura, porque a ONG botava culpa na Prefeitura e a Prefeitura botava culpa na ONG. A gente ficava nesse jogo de bola, sem saber realmente o que acontecia.

Essa conversa foi numa das reuniões que a ONG fez, por que a gente começou a reivindicar várias coisas... Que a ONG sempre foi muito boa no social, com as crianças, entendeu? Do social eles cuidavam: as crianças tinham muito benefício, o uniforme era a ONG que dava... (Relato de G.H.)

No relato 3, é evidente o desconhecimento que os educadores, de forma geral, têm do seu processo de vinculação às creches.

Considerando que todo desconhecimento limita as possibilidades de reivindicação por melhorias, a ausência de informação tem aí uma função estratégica; além de nenhum dos envolvidos na contratação dos trabalhadores - poder público e organizações da sociedade civil - assumirem a responsabilidade quanto aos atos referentes à sua vinculação, que envolve a percepção de direitos e a efetivação das prerrogativas legais.

Os relatos a seguir apresentam outros exemplos dessas problemáticas:

#### **Relato 4**

Entrevistadora: E qual era o motivo do afastamento das educadoras?

Educadora: O motivo do afastamento?!

Entrevistadora: É.

Educadora: As pessoas... Assim elas, elas encontravam outros empregos onde elas poderiam ganhar, ter uma remuneração melhor ou então assim, elas não aceitavam muito as imposições da ONG. (Relato de N.O.)

## Relato 5

Entrevistadora: E vocês passaram por quantas gestões de Prefeito aqui no Rio?

Educadora 1: Eu, duas...

Entrevistadora: Para vocês têm diferença entre um e outro, ou não? Alguma diferença de encaminhamento, a forma de lidar com a infância...

Educadora 1: Um pouco, porque o primeira na verdade mandava a alimentação, mandava as coisas, mas sendo que ele deixava muito em aberto. Aí, o que quê acontecia? Igual o nosso caso: a gente trabalhava, no meu caso, foram dois anos... Quando chegou na hora, a ONG não depositava o Fundo [referência ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço].

Educadora 2: Era uma coisa muito solta mesmo! (Relatos de P.Q.e R.S.)

A solidez financeira que alguns representantes de OSCs tentam transmitir para as educadoras também foi um ponto realçado.

Uma recreadora, que não desejou conceder entrevista na íntegra, informou que a questão salarial é a que realmente mais a entristece no seu trabalho. A estipulação de 1 salário mínimo vigente no país como salário mensal para os educadores terceirizados que atuam nas creches públicas já foi motivo de visita do representante da OSC.

Após ouvir as críticas do grupo e os pedidos de esclarecimentos sobre a diferença salarial existente em relação a algumas OSCs – segundo algumas recreadoras, há OSCs que oferecem um salário maior – esse representante *“perdeu a paciência e disse: Quem quiser ficar, o salário é esse. Agora, quem não quiser pode pedir as contas porque eu tenho dinheiro para pagar tudo a vocês e ainda botar mais gente aqui”* (sic).

## CONCLUSÃO

Após o tratamento dos dados pode-se concluir que, localizadas em regiões notadamente pobres, as creches públicas cariocas trazem

as marcas das intervenções feitas nos morros e favelas da cidade. Assim, há um conjunto de práticas governamentais que ora evidenciam a criminalidade, a violência e a inviabilidade da existência das comunidades, ora ressaltam seu potencial como espaço de resistência, de trabalho e de criação de uma cultura própria, extremamente valorizada.

Neste contexto, o atendimento hoje prestado pelas instituições de educação infantil para crianças de 0 a 3 anos têm uma dupla faceta: o que se mostra como “novidade” advém de procedimentos diferenciados, uma arrumação própria que as professoras-gestoras (do administrativo e do pedagógico) têm a possibilidade de concretizar, na tentativa de rechaçar toda a organização anterior dada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, imprimindo, também, uma nova forma de lidar com a comunidade e com os profissionais que delas são oriundos. As “novidades” postas em práticas são, majoritariamente, vinculadas a orientações de uma instância intermediária de poder e decisão: a Coordenadoria Regional de Educação – CRE.

Contudo, as modificações *de fundo* que embasaram os debates e que, conseqüentemente, originaram as disposições das legislações vigentes, relativas à uma nova visão em relação à educação das crianças pequenas e a noção de *direito social* dirigida à infância brasileira, carecem ainda de grande investimento, dada à necessidade de construção permanente de sua viabilidade.

Para exemplificar melhor, imagine-se agora no portão de uma creche pública localizada na cidade do Rio de Janeiro. Você certamente será bem recebido. Logo, entre e fique à vontade.

Apesar de saber que toda criança tem o direito de ser atendida em uma instituição de educação infantil oferecida pelo Estado, de pronto é importante que você esteja ciente de que, para ter acesso a uma vaga, alguns quesitos são observados.

O “ingresso nas classes de educação infantil, modalidade creche (0 a 03 anos e 11 meses), obedecerá aos seguintes critérios” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2005, art. 5º): necessidade do responsável que depende da matrícula do aluno para trabalhar; atendimento a crianças em situação de risco ou oriundas de situações familiares de risco (portadores de vírus HIV; desnutrição infantil; vítima de violência doméstica; acometidas por doenças crônicas; uso

abusivo de drogas; presidiários ou ex-presidiários; portadoras de deficiência) e renda familiar de até 02 salários mínimos, que atualmente equivale a R\$ 700,00 (setecentos reais).

Observando essa instituição você verá que a rotina dos educadores não permite titubeações: é preciso estar comprometido e ter responsabilidade com a tarefa de educar e cuidar da infância. É gratificante acompanhar o desenvolvimento das crianças que chegam e, no máximo, três anos depois são encaminhadas para outra escola municipal. O sentimento positivo, de “dever cumprido”, de observar o crescimento das crianças, que demonstram maior socialização, iniciativa e domínio de novas habilidades é o único aspecto positivo comentado, em uníssono, pelas educadoras.

Continuando sua visita, não precisará caminhar por toda a creche para verificar que, salvo raríssimas exceções, as condições que “estão dadas” para o desenvolvimento do trabalho, seguem o mesmo perfil de um passado não tão recente: continuam sendo muito precárias as instalações físicas, em algumas creches os educadores continuam contribuindo com recursos próprios para que seu trabalho seja melhor realizado - seja doando temperos para a comida ou os papéis para a execução de um atividade com as crianças – e logo você sentir-se-á mobilizado para atender a um apelo constante: “Doe brinquedos”, dada à escassez de material pedagógico e recursos lúdicos existentes.

Finalizando sua rápida estada na creche, a consideração de dados quantitativos é importante.

Ao iniciar-se o ano de 2006 na cidade do Rio de Janeiro, além das 1058 escolas municipais, 245 creches públicas já faziam parte do sistema municipal de ensino carioca. Nessas instituições, no que tange à educação infantil, foram atendidas 28.167 crianças nas creches e 92.246 na pré-escola<sup>5</sup>.

Esses números, auspiciosamente divulgados pela SME, são muito significativos, demonstrando um crescimento das oportunidades de acesso à rede pública, em especial para a educação infantil. No entanto, não basta ampliar a quantidade de vagas, sendo necessário garantir a qualidade do trabalho e do atendimento oferecido. E é com esta perspectiva que sistematizou-se essas observações finais.

---

<sup>5</sup> Informações disponíveis no site [www.rio.rj.gov.br](http://www.rio.rj.gov.br), atualizados em 06 de setembro de 2007.

Embora os parâmetros que podem conferir qualidade à educação infantil sejam objeto de amplo debate, entende-se que, minimamente, deve-se atender ao que preceitua as disposições legais no que tange às condições objetivas de trabalho nas creches e pré-escolas, além das orientações que, sem força de lei, são elaboradas a partir de estudos e pesquisas divulgadas por instituições acadêmicas e pelo próprio Ministério da Educação.

Depreende-se, por fim, que qualquer esforço político para que a educação infantil se consolide só será efetivo se estiver intrinsecamente vinculado ao compromisso de ampliação da equidade social que, em última análise, é o que está em jogo no campo das políticas sociais. Tal ampliação, por sua vez, só se viabilizará através do necessário resgate do sentido público das ações do Estado, em todas as suas esferas.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, E.R. **A Contra-Reforma do Estado no Brasil**. 2002. 341f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2002.

BENDETSON, R.C. **Limites e Horizontes da Educação Infantil no Município do Rio de Janeiro**. In: I Simpósio Nacional de Educação Infantil, 1994, Brasília. Anais do I Simpósio Nacional de Educação Infantil. Brasília: MEC, 1994.

BENTO, K.L. **Creches domiciliares em Blumenau: intervenções públicas**. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 12, 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: 2004. 1 CD-ROM.

BRASIL. Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRESSER PEREIRA, L.C.; CUNILL GRAU, N. **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. 500p.

KRAMER, S. Formação de Profissionais de Educação Infantil: questões e tensões. In: KRAMER, S. (Coord.). **Relatório de Pesquisa Formação de Profissionais da Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ravil, 2001, 160p. (Relatório de Pesquisa CNPq/FAPERJ). p.89-104.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22ed. Petrópolis: Vozes, 2003, 80p.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente da intervenção social**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2005. 288p.

OLIVEIRA, Z.M.R.; FERREIRA, M.C.R. Propostas para o atendimento em creches no município de São Paulo – Histórico de uma realidade – 1986. In: ROSEMBERG, F. (org.). **Creches**. São Paulo: Cortez, 1989. (Coleção Temas em destaque).

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. **Estudo de Gerenciamento de Creches**. Rio de Janeiro, 1995.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Decreto nº 20525, de 14 de setembro de 2001. Transfere o atendimento de educação infantil da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para a Secretaria Municipal de Educação. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 17 de set. 2001.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Assistência Social. *Memória da Assistência Social Carioca – História Oral*. Rio de Janeiro, 2004. 228p.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação. Assessoria Técnica de Planejamento. Portaria E/ATP Nº 14 de 07 de outubro de 2005. Fixa normas para a efetivação de matrícula nas Unidades Escolares, Creches Públicas do Sistema Público Municipal de Ensino e dá outras providências. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 10 de out. 2005.

**ROCHA, M.A.M.** Creche para crianças de até dois anos: **o que pensar**. Porto Alegre: Dacasa, 1997. 106p.

SEBASTIANI, M.T. **Educação Infantil: o desafio da qualidade – um estudo da rede municipal de creches em Curitiba – 1989 a 1992**. 1996. 219f. Tese (Doutorado em Educação) – (Faculdade de Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

## **Algumas notas sobre a violência contra jovens e a criminalização da pobreza**

### *Some notes about the violence against youths and the criminalization of criminalization of the poverty*

**Celeste Anunciata Baptista Dias MOREIRA<sup>1</sup>  
Nívia Valença BARROS<sup>2</sup>  
Kelly Murat DUARTE<sup>3</sup>  
Larissa Costa MURAD<sup>4</sup>  
Daiana Amaral de LIMA<sup>5</sup>**

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Serviço Social. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa sobre infância, adolescência e Juventude do Centro de Referência, Formação, Estudos, Pesquisas e Estratégias de Ação em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente- Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - Subsecretaria da Infância e Juventude do estado do Rio de Janeiro - Superintendência de Ações Socioeducativas. E-mail: <celestea66@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia. Professora da Escola de Serviço Social/UFF. Superintendente de Ações Socioeducativas da - Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - Subsecretaria da Infância e Juventude do estado do Rio de Janeiro - Superintendência de Ações Socioeducativas. Coordenadora do do Centro de Referência, Formação, Estudos, Pesquisas e Estratégias de Ação em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente- Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - Subsecretaria da Infância e Juventude do estado do Rio de Janeiro - Superintendência de Ações Socioeducativas. E-mail: <niviabarros@globo.com.br>.

<sup>3</sup> Assistente Social - Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - Subsecretaria da Infância e Juventude do estado do Rio de Janeiro - Superintendência de Ações Socioeducativas. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa sobre infância, adolescência e Juventude do Centro de Referência, Formação, Estudos, Pesquisas e Estratégias de Ação em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente- Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - Subsecretaria da Infância e Juventude do estado do Rio de Janeiro - Superintendência de Ações Socioeducativas. E-mail: <kellymurat@ig.com.br>.

<sup>4</sup> Acadêmica da Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <larissamuradrj@hotmail.com>.

<sup>5</sup> Acadêmica da Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <ladydairj@gmail.com>.

## RESUMO

O artigo trata de analisar a política destinada a jovens, apontando como, historicamente, vem se dando a lógica de atenção a esse segmento. Nesse sentido, são discutidos temas como violência, cidadania, desigualdade e vulnerabilidade social, observando de que forma tais questões estão imbricadas com o modo de produção vigente e a organização da política social do país e em especial problematizando as iniciativas construídas na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** juventude, violência, política social.

## ABSTRACT

The article is intended to analyze youth focused policies aiming at the way in which, historically, the logics of assistance for that segment has happened. Focusing on that, issues such as violence, citizenship, inequality and social vulnerability are discussed, keeping an eye on how these issues are imbricated with the actual way of production and the organization of the country's social policies, and specially problematizing the initiatives built nowadays.

**Keywords:** *youth social participation, violence, social policy.*

## INTRODUÇÃO

Este artigo é resultante dos estudos desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa do Centro de Referência, Formação, Estudos, Pesquisas e Estratégias de Ação em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e objetiva problematizar algumas questões presentes na análise a respeito da invisibilidade sócio-política a que vêm sendo submetidos os jovens pobres e pretos e pardos na sociedade brasileira. A proposta é articular tal processo à histórica criminalização da pobreza e trazer contribuições à discussão a respeito da violência da qual a população jovem e pobre é vítima, seja na restrição de acesso a direitos, seja na garantia de proteção integral no transcorrer deste período etário.

As políticas desenvolvidas pelo Estado para inclusão de jovens na sociedade formalmente constituída ainda estão marcadas por ações superpostas, contrariando a lógica de transversalidade que se faz presente nos principais planos desenvolvidos para o segmento.

Observando as análises construídas a respeito da situação dos jovens no Brasil, na década anterior, a maioria deles viveu de forma insatisfatória, se forem avaliados os direitos constitucionais. A falta de acesso à saúde, à segurança, à educação e à documentação formava um quadro de vulnerabilidade que estava atrelado à precariedade de implementação de políticas sociais e conseqüentemente a um projeto de sociedade que vigora na atualidade. Se a esses dados forem conjugados aos estudos de HENRIQUES (2001) sobre pobreza, educação e trabalho na década de Noventa, se pode inferir que a situação de pretos e pardos é muito pior do que a dos brancos. Nas diversas situações que dizem respeito às condições de vida, a população negra fica em desvantagem – sendo as crianças e adolescentes o grupo mais vulnerável.

A reestruturação produtiva modificou as relações do mundo do trabalho e provocou um desemprego estrutural, diminuindo as poucas possibilidades de inserção no mercado formal. A penalização da população pobre, que já se expressava em virtude do seu lugar no modo de produção, ficou potencializada pelo acesso a serviços de baixa qualidade. Nessa relação entre capital e Estado, onde o segundo se submete ao primeiro como forma de garantir que o mercado seja beneficiado plenamente, a cidadania fica restrita a deveres e direitos apenas daqueles quem estão incluídos em face de sua condição de classe, sendo esses beneficiados pelas intervenções do Estado e pelo que podem obter no mercado. Os demais estão afastados do acesso a direitos, dependentes de mecanismos precários de transferência de renda, ações focais e cada vez mais seletivas das políticas sociais. Essa lógica perversa de apartação social interfere significativamente nas formas de apoio que serão construídas pelas famílias nas relações de cuidado e apoio ao jovem.

## DESENVOLVIMENTO

As modificações ocorridas no modo de acumulação do capital, que têm como decorrência a instalação da lógica neoliberal, trouxeram novos contornos às relações sociais e conseqüentemente às diversas formas de expressão do controle da ordem.

Em um contexto de questionamentos dos padrões de ética, da limitação dos direitos sociais, da hipervalorização do consumo, do

acirramento das desigualdades, da transformação do cidadão em consumidor, da interferência extrema da mídia no espaço privado, da precariedade das garantias legais, a ideologia predominante vai travestindo o velho de novo de maneira a desvalorizar a lógica da vida e dos direitos da população.

A organização dos direitos sociais nunca foi concebida a partir da igualdade, mas de maneira hierarquizada, colocando os desfavorecidos em situação de tutela, como se eles não pudessem ocupar o espaço de sujeitos de direitos em face de sua pobreza. E é o trabalho que faz a linha divisória entre ser sujeito e não ser. A importância dos grupamentos pobres foi marcada por uma vinculação ao no mercado de trabalho e tem sido essa a forma de aquisição de visibilidade positiva possível para os mais pobres nessa sociedade. Como as possibilidades de emprego formal na sociedade brasileira sempre foram limitadas, pobreza sempre foi sinônimo de “vadiagem”, de “amoralidade” e de qualquer outro elemento vinculado à delinquência e à criminalidade (COIMBRA, 1998). Tal discurso foi permanentemente realimentado através de estratégias políticas, sociais e institucionais utilizadas para sujeitar os grupamentos subalternizados à ordem e aos padrões burgueses.

A cidadania da concepção liberal, muito embora tenha sido calcada na liberdade<sup>6</sup>, sempre foi um conceito marcado pela diferença. Muito embora na contemporaneidade exista uma gama de legislações que asseguram direitos universais, seja no campo civil seja no campo político, a organização do modo de produção é um elemento impeditivo para que tais direitos, sobretudo os sociais, sejam plenamente exercidos.

É nesse contexto de ausência que a ideologia construída sobre a pobreza vai, na atualidade, se modificando e incorporando novos argumentos que interferirão na ação daqueles que sobrevivem nela. Se no último século as atuações do Estado poderiam restituir os parcos direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, na contemporaneidade a solução vem através do endurecimento das leis e do uso da violência na garantia do *status quo*, se confrontando a uma frágil resistência dos segmentos mais progressistas. Deve-se ainda ressaltar a suspeição dos segmentos mais pobres como outro elemento constitutivo deste processo de exclusão mencionado. Além de estar

---

<sup>6</sup> Uma liberdade vinculada à possibilidade de venda de força de trabalho no mercado.

distanciado de reconhecimento social, existe um grupo que será identificado como potencialmente perigoso aos espaços da ordem.

Relatos de ações voltadas para a infância e juventude marcam a história brasileira. Sejam realizadas pela<sup>7</sup> sociedade ou pelo Estado, as iniciativas construídas se alternaram entre ações de proteção e repressão de acordo com a pertença social. Com base nos diversos autores<sup>7</sup> que discutem a organização do atendimento à infância e juventude no Brasil, é possível identificar três fases que caracterizam a assistência destinada a crianças e adolescentes. A primeira, que se estende do período colonial até a década de 1920, tem como característica as obras filantrópicas e assistencialistas, em que o Estado dava sustento às ações desenvolvidas pelo setor privado, existindo, neste sentido, relações de privilégio junto à administração pública. A época tem como peculiaridade a percepção da criança e do adolescente como objetos da ação caritativa. A segunda fase segue até o ano de 1980. É distinguida pela construção do aparato jurídico-institucional para o atendimento a este segmento. Era comum a entidades públicas e privadas utilizarem mecanismos de internamento das crianças e jovens das classes pobres, provocando a invisibilidade das demandas apresentadas por este segmento, ao retirar do convívio social aqueles que, em face da pobreza, poderiam ser uma ameaça ao patrimônio. A terceira fase tem como marca o retorno à participação de outros atores sociais na cena política - em face do processo de reabertura política, e pela aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. É notório o sucateamento das já precárias ações desenvolvidas pelo Estado, a entrada das entidades não-governamentais no circuito de atendimento e a participação da sociedade civil no debate em torno da implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, além do surgimento e organização dos conselhos de direitos e tutelares. Entretanto, também merece destaque que a última década foi rica na produção de documentos normativos e de orientação que privilegiam a infância e a juventude no foco de suas ações, expressando a preocupação pelos diversos segmentos envolvidos na política pela produção de novas estratégias de garantia da proteção integral como referência para ações desenvolvidas pelo Estado<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> BAZÍLIO, L. C. (2001); FALEIROS, V. P. (2005); RIZZINI, I. A. (1993).

<sup>8</sup> Ver normativas do CONANDA, Plano Nacional de Assistência (2004), Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2006) e SINASE (2006).

Historicamente a combinação entre proteção e repressão é fundamental na análise dos modelos de atendimento, funcionando como eixo condutor dessa política, que se organizou a partir da ação destinada aos abandonados pela via do trabalho subalterno e aquela destinada aos infratores por ações de cunho eminentemente repressivo. (NUNES, 2000).

Na relação violência e juventude, os mais pobres têm sido alvo de ações privilegiadas quando cometem a violência em detrimento das situações em que são vítimas dela. Sem dúvida, a violência tem se expressado nas políticas de segurança, em que a morte de jovens só tem significado para suas famílias, o que somente reforça a histórica invisibilidade que o grupo tem, quando se trata de ter seus direitos preservados. Este segmento etário que está delimitado entre as idades de 15 a 24 anos (MS, 1989) é certamente o que mais sofre as manifestações da violência, sejam elas físicas, sociais ou comunitárias. Se essas expressões forem associadas às diversas expressões da desigualdade social, vale abordar o caráter racial da violência no Brasil, haja vista que, se forem observados os números relativos aos pobres negros, estes serão mais atingidos do que pobres brancos. O segmento oposto vai ser composto por um número muito maior de brancos que, nos diversos setores da economia, agregam a maior parte da riqueza circulante.

Segundo dados de WAISELFISZ (2004), de 1980 para 2002 ocorreu uma queda gradativa na taxa global de mortalidade – uma diminuição de 633 para 573 por 100.000 habitantes. Contudo, no mesmo período, quando se trata de jovens, os números da mortalidade aumentaram de 128 para 137 por 100.000 habitantes. Entre os óbitos, 93% deles são do sexo masculino e a maioria é composta por negros. A violência, nas suas diversas expressões, pode ser identificada a partir do número de mortes violentas ocorridas em decorrência da ação da polícia, grupos de extermínio ou disputas de facções (FRAGA, 2005). Também se faz presente nas diversas expressões da vulnerabilidade social que impulsionam reações mais próximas da barbárie e cada vez mais afastadas da participação política positiva.

Nesse processo, a ação do Estado se dá como interventor na questão social, buscando alternativas para lidar com o que não tem solução neste modo de produção: a desigualdade. É neste contexto que

vai selecionar segmentos populacionais bem definidos na composição de usuários de instituições de confinamento (ZAFARONNI, 1991). Acrescenta-se ainda a esta análise que tal alternativa tornou-se uma possibilidade lucrativa para o capital que, das mais variadas maneiras, se introduziu na indústria da segurança. Assim, o capital lucra na produção da violência e na sua contenção.

As iniciativas por parte do poder público que poderiam impactar positivamente essa realidade sofrem os efeitos da Contra-Reforma dos anos Noventa (BEHRING, 2003) repercutindo nas atuações de gestores com baixo potencial de negociação junto aos seus pares, seja por falta de investimento financeiro, seja por desconhecimento das novas atribuições de estados e municípios na gestão da política para infância e juventude.

Diversos autores, tal como Minayo (2003), Neto (2001) e Misse (1997) apontam que um dos fatores para o acirramento da violência, sobretudo no que diz respeito à participação de jovens, são as modificações ocorridas no comércio de drogas ilícitas, que passam a estabelecer uma relação com o mundo legal. O tráfico sai da esfera do "marginal" e se articula em rede com uma série de outros atos ilegais que possibilitam a transformação dos lucros oriundos do crime em dinheiro legal. A complexificação da organização criminal tem correspondência com as formas de atuação junto aos segmentos que praticam e sofrem violência e com as restrições aos territórios, tal como se apresenta nas disputas das facções criminosas diante do tráfico que imobiliza o já limitado "ir e vir" das comunidades moradoras dessas áreas.

Estabelecer e identificar pontos de pertencimento são processos de fundamental importância para o indivíduo, sobretudo na juventude. Diante de um repertório de alternativas elaboradas neste caldo de pobreza, de falta de referencial social e de expectativas de futuro, as limitações decorrentes da impossibilidade material e social de interação com outros espaços distintos daqueles onde foram construídas suas histórias de vida empobrecem cada vez mais a percepção da realidade social. Assim, a circulação de jovens em outros espaços distintos de seus acaba por não ser considerada como uma probabilidade de sociabilidade, mas apenas uma movimentação numa situação de invisibilidade onde não ocorrem trocas simbólicas. As manifestações

da desigualdade interferem nos diversos limites de relacionamento do ser humano, impossibilitando que ele possa exercer ações enquanto sujeito de direito.

## CONCLUSÕES

A histórica correlação entre a pobreza e a criminalidade não é suficiente para explicar a inserção de jovens em situações relacionadas à violência (MISSE, 1997). Apesar da população pobre não deter os mecanismos de criação da violência, é a ela que a manutenção da ordem está destinada. Vale considerar ainda que o acesso à Justiça sofre das mesmas hierarquias de classe existentes nas distorcidas relações de poder estabelecidas na sociedade brasileira. Ficam à sua disposição os mesmos que foram alijados das políticas públicas básicas e que, por falta de acesso a direitos universais e em face do endurecimento das leis, acabam por romper com a ordem.

Esta seletividade está vinculada a um processo histórico de criminalização da pobreza que vem sendo agravado em face da reestruturação produtiva (WACQUANT, 2001). Este perfil vai corresponder a um segmento que sempre esteve próximo ao mercado informal, que sempre foi alijado do processo produtivo quando não preenchia os critérios vigentes e que vem sendo descartado diante de sua baixa capacitação a novas tecnologias presentes. São estas pessoas que vêm sendo consideradas perigosas pelos segmentos médios e ricos da sociedade.

No Brasil, a política social está atrelada a uma política de confinamento e esta, por sua vez, está atrelada a uma justiça seletiva e excludente. O resultado disso no cotidiano das ações públicas se manifesta na impossibilidade de atender às demandas da população pobre e no aprimoramento dos mecanismos de controle social construídos pelo Estado.

As iniciativas voltadas para o protagonismo juvenil que são propagadas nas diversas propostas governamentais ainda não se traduziram na diminuição dos óbitos e apreensões em instituições de confinamento nos espaços urbanos brasileiros. É importante salientar

que paralelo ao estímulo do pro-ativismo da juventude, as políticas sociais nos últimos anos têm centrado o foco de suas atuações na família. Se tal processo fortalece esta estrutura fundamental na sociedade, certamente potencializa o grau de responsabilidade que os indivíduos e a família adquirem diante dos limites que o Estado vem expressando no trato com o social.

Essa multiplicidade de questões que atravessam a política infanto-juvenil no Brasil requer não somente ações específicas focadas no jovem, mas outras que interfiram na qualidade da atuação dos profissionais da área. Neste sentido, o incentivo à pesquisa, à capacitação e à criação de novas metodologias torna-se condição básica para formação de profissionais. A expectativa é de que tais iniciativas contribuam para que eles se afinem aos atuais paradigmas de proteção social, identificando não somente as violações de direitos presentes na execução das políticas, mas exercendo o papel político necessário para estimulação à organização de jovens e seus familiares por cidadania.

A alteração dessa realidade requer a criação de estratégias de participação juvenil, que não se esgotam na participação de programas preventivos da violência. É preciso haver a articulação com outros mecanismos de participação democrática e de garantia de direitos sociais tão desconsiderados diante da contemporânea valorização do indivíduo consumidor. É reconhecer a cidadania como objetivo a ser conquistado e os direitos que estão sendo violados como etapas a serem transpostas. Tal proposta poderá contribuir para o desenvolvimento da capacidade de participação de instâncias de poder, negociação, expressão individual e coletiva de potencialidades e de escolhas que estejam comprometidas com sua relação de classe, território, espaço, cultura, etnia, gênero e todas as outras que expressam os interesses da população. Assim, a presença juvenil prescinde do fortalecimento das entidades que atuam com jovens e do estímulo à participação nos espaços decisórios como as conferências e os conselhos de direito municipais e estaduais e espaços congêneres, de forma que seja possível ao jovem apreender e participar da dinâmica política fundamental para interferir nas ações públicas que estão sendo construídas.

## REFERÊNCIAS

BAZÍLIO, L.C. Avaliando a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente. In: **O Social em Questão**, v.6 , n.6, Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, 2001.

BEHRING, E.R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos, São Paulo: Cortez, 2003.

COIMBRA, CM.B. **Discursos sobre Segurança Pública e Produção de Subjetividades**: A Violência Urbana e Alguns de seus Efeitos. Trabalho de Pós- Doutorado, Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, São Paulo: 1998.

FALEIROS, V.P. **O Serviço Social na área de infância e juventude**. Cadernos Especiais. 2005. Disponível em: <<http://www.assistente-social.com>> Acesso em: dia, mês, 2005.

FRAGA, P.C.P. Política, isolamento e solidão: práticas sócias na produção de violência contra jovens. *In*: SALES, M.A.; MATTOS, M.C.; LEAL, M.C. (orgs.). **Política social, família e juventude – uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2005.

HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. IPEA, Textos para Discussão n° 807, 2001.

MINAYO, M.C.S.; RAMOS, E.R. (org.). **Violência sob o Olhar da Saúde**: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

MISSE, M. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. *In*: **Educação e Contemporaneidade - Qualificação e Informalidade**, n.2, 1997.

NETO, C.O. et al. **Nem Soldados Nem Inocentes**: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

NUNES, D.G. **Da Roda À Creche**: proteção e reconhecimento social da infância de 0 a 6. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2000.

RIZZINI, I. **A assistência à infância no Brasil**: uma análise de sua construção, Rio de Janeiro: Santa Ursula, 1993.

WACQUANT, L. **Punir os Pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Coleção Pensamento Criminológico. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

WAISELFISZ, J.J. **Mapa da violência IV**: os jovens do Brasil. Brasília: UNESCO/ Instituto Airton Senna, Ministério da Justiça/ SEDH, 2004.

ZAFFARONI, E.R. **Em busca das penas perdidas**: a perda legitimidade do sistema penal, Rio de Janeiro: Revan, 1991.

**Serviço Social: uma visão na área jurídica  
sobre estudo social**

*Social Service: a vision in the jurídica area  
on social study*

Gildecy Batista Alves PINHEIRO<sup>1</sup>

**RESUMO**

O presente trabalho é uma exposição de dados e reflexões a partir do trabalho de campo realizado pelo Serviço Social no período de abril/2005 a abril/2006 na Vara da Infância e Juventude na Comarca de Macaíba/Rn. O texto busca suscitar a relevância da atividade do Estudo Social na área jurídica, a troca de saberes existentes; bem como esboça a dinamicidade da realidade social investigada. O trabalho destaca, ainda, os procedimentos técnicos e metodológicos que propiciem a elaboração do Estudo com fulcro nos princípios da democracia e equidade social.

**Palavras-chave:** estudo social; área jurídica, serviço social.

---

<sup>1</sup> Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Especialista em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Assistente Social da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Macaíba/RN e do Centro de Saúde de Macaíba; Docente da Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte. E-mail: <gildecyvalves@ig.com.br>.

## ABSTRACT

*The present work is an exposition of information and reflections from the field work carried through for the Social Service in the period of abril/2005 abril/2006 in the Pole of Infancy and Youth in the Judicial district of Macaíba/Rn. The text search excites the relevance of the activity of the Social Study in the jurídica area, the exchange to know existing; as well as it sketches the dinamicidade of the investigated social reality. The work detaches, still, the technician and metodológicos procedures that propitiate the elaboration of the Study with fulcrum in the principles of the democracy and social equity.*

**Keyword:** social study, jurídica area, social service.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é um esboço inerente à experiência de trabalho na Vara da Infância e Juventude na Comarca de Macaíba/Rn no período relativo a abril/2005 a abril 2006, na qual exerço a função de Assistente Social. A Instituição possui uma Equipe Interdisciplinar<sup>2</sup> constituída de duas assistentes sociais e uma psicóloga. Esta além de executar atividades peculiares à sua profissão, desenvolve atividades em conjunto com as assistentes sociais. O presente trabalho reúne informações coletadas à partir da realidade investigada por uma assistente social da Equipe, na operacionalização dos estudos sociais. Tais estudos buscam a emissão de pareceres que possam contribuir com a dinâmica institucional.

O despertar para a sistematização das atividades desenvolvidas na área jurídica derivou da preocupação teórico-metodológica e da riqueza de dados obtidos no decorrer das atividades. Os dados empíricos se expressam no cotidiano profissional e precisam ser refletidos.

Inserido na área jurídica o Serviço Social é demandado pelo Poder Judiciário para a realização de estudos sociais que devem subsidiar as autoridades judiciárias para a tomada de decisões.

---

<sup>2</sup> A Equipe Interdisciplinar é formada a partir do quadro institucional da Prefeitura Municipal de Macaíba (profissionais cedidos).

O estudo social (CFESS, 2004, p.42 - 43): "(...) é um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional (...)".

O estudo envolve uma dimensão de totalidade que expressa peculiaridades sociais, econômicas e culturais vinculadas às questões estruturais, nacionais e mundiais que influenciam e determinam o cotidiano dos sujeitos.

Segundo Miotto in Pizzol (2005, p.31): ' O estudo social é o instrumento utilizado para conhecer e analisar a situação, vivida por determinados sujeitos ou grupos de sujeitos sociais, sobre o qual fomos chamados a opinar'. É na investigação social que se verifica a complexidade e as limitações das relações sociais.

Na elaboração do estudo social, emite-se o parecer técnico que implica na etapa mais preocupante, uma vez que é preciso sinalizar possibilidades/alternativas para aquela situação específica, no sentido de apontar a superação da problemática apresentada. Neste momento, mais uma vez se coloca a responsabilidade do técnico para a construção do estudo, com vistas a sinalizar a sugestão mais acertada, com respaldo nos princípios da equidade, justiça social e cidadania.

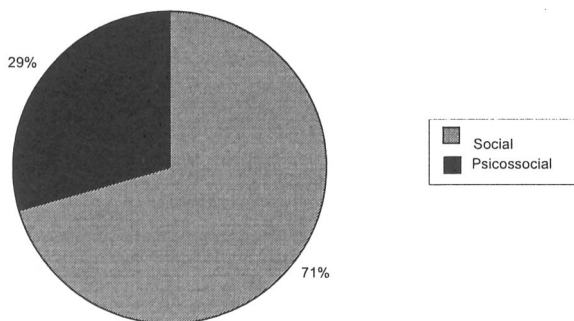
A realização do estudo implica na utilização de técnicas como: entrevista, observação técnica, visita domiciliar, análise da documental processual, discussão técnica (com a Equipe Interdisciplinar e com as Autoridades Judiciárias). Esta discussão possibilita a troca de experiências e a leitura da situação investigada sob vários aspectos técnicos, peculiares de cada saber específico, seja jurídico, psicológico, social.

A seguir apresentamos os elementos que compõem a realidade estudada, com vistas à aproximação do real com sua dinamicidade e disparidades.

## **CONHECENDO A DINÂMICA DO ESTUDO SOCIAL NO JUDICIÁRIO**

Para melhor compreender o universo investigado, haja vista que cada situação verificada tem suas particularidades que contribuem para

a identificação do grau de urgência e prioridade que demanda, buscou-se a elaboração de elementos necessários para a caracterização do trabalho social na área jurídica.



**Gráfico 1.** Estudo realizado.

**Fonte:** Dados coletados a partir do arquivo da Equipe Interdisciplinar da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Macaíba referente a Abril/2005 a Abril/2006.

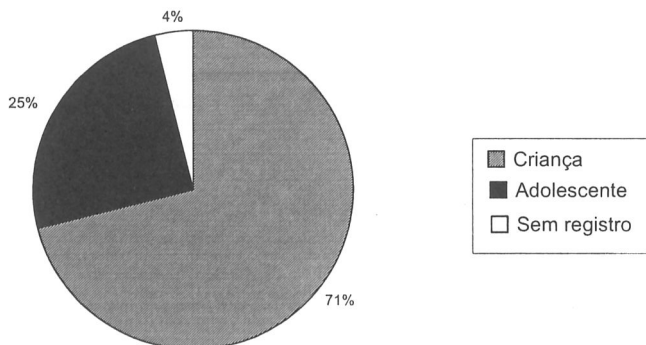
Para a realização do estudo social e do psicossocial, faz-se necessário discrição e cautela. No estudo se apresenta a reconstituição dos acontecimentos; as pessoas são “avaliadas”, suas vidas e comportamentos interpretados e registrados. Estuda-se a situação e realiza-se a avaliação emitindo um parecer técnico, por meio do qual, muitas vezes, aponta-se medidas sociais, psicológicas, legais que podem ser acatadas pelo judiciário.

O estudo psicossocial expressa a relevância do trabalho em Equipe, bem como o significado social dos saberes distintos que se complementam e favorecem a elaboração do parecer com segurança e responsabilidade.

O estudo oportuniza, ainda, o espaço profissional para as ações de aconselhamento, orientação e encaminhamentos conforme a situação apresentada.

Consoante com o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069/1990, em seu Art. 151:

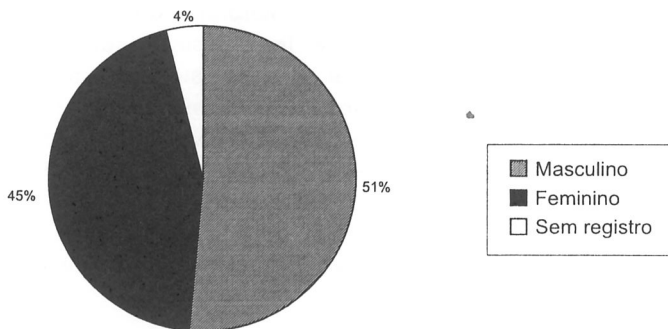
Compete à equipe interprofissional, dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.



**Gráfico 2.** Assistidos.

**Fonte:** Dados coletados a partir do arquivo da Equipe Interdisciplinar da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Macaíba referente a Abril/2005 a Abril/2006.

Já que o trabalho é inserido na Vara da Infância e da Juventude o público alvo é criança e adolescente. Conforme o Art.2º do Estatuto; “Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade”. O trabalho é direcionado com vistas à atenção integral à criança e ao adolescente, respeitando sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento biopsicossocial.



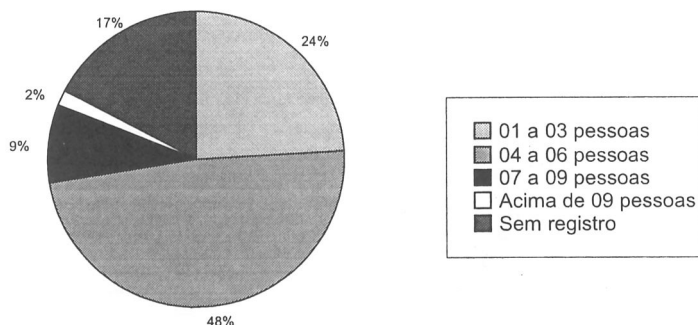
**Gráfico 3.** Sexo dos Assistidos.

**Fonte:** Dados coletados a partir do arquivo da Equipe Interdisciplinar da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Macaíba referente a Abril/2005 a Abril/2006.

A problemática que envolve criança e adolescente não faz distinção de sexo, uma vez que ambos os sexos enfrentam dificuldades diversas numa sociedade onde a indiferença e as disparidades atingem a todos, inclusive crianças/adolescentes que acabam sendo desrespeitadas na garantia do convívio familiar e comunitário.

Cresce a violência contra a criança e o adolescente. Apenas em 1989, foram mortas violentamente 457 pessoas, entre crianças e adolescentes. Empurradas precocemente pela pobreza crescente em direção ao mercado de trabalho, quando não para a vida na rua, crianças e adolescentes paradoxalmente não melhoram muito os baixos níveis de vida de suas famílias. Sem possibilidades de escolarização e profissionalização, ocupam posições ocupacionais desqualificadas e com baixos salários, situação que muitas obedientemente, tendem a reproduzir na vida adulta. Outras acabam por se inserir no mundo da delinquência. (...).(YASBEZ, 2003, p.14).

Esse quadro social não pode ser tratado com indiferença ou banalização, mas com dignidade humana como reforça o Art. 15 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”.



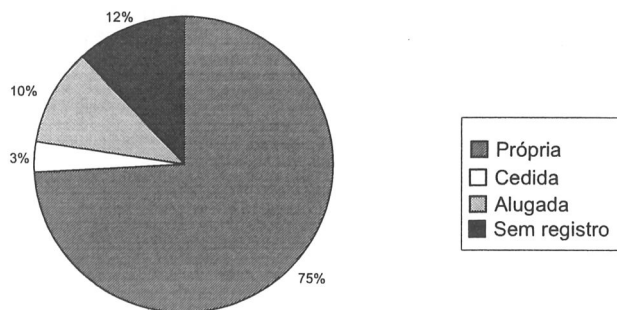
**Gráfico 4.** Número de pessoas na residência dos assistidos.

**Fonte:** Dados coletados a partir do arquivo da Equipe Interdisciplinar da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Macaíba referente a Abril/2005 a Abril/2006.

O número de pessoas que forma a família é bastante variável, mas deve-se lembrar que a composição da família é um elemento relevante no processo de socialização do indivíduo. As formas de sociabilidade na família brasileira são diversificadas, pois, além da família nuclear composta por marido, esposa e filhos – biológicos ou adotivos – temos o aumento das famílias matrifocais formadas por uma mulher e seus filhos. Há o registro, ainda, de famílias ampliadas constituídas pelo casal, filhos e outros parentes.

Na constituição da família, o segmento mais vulnerável é o da criança e do adolescente, pois, é neste ambiente que eles vivenciam o contato com a

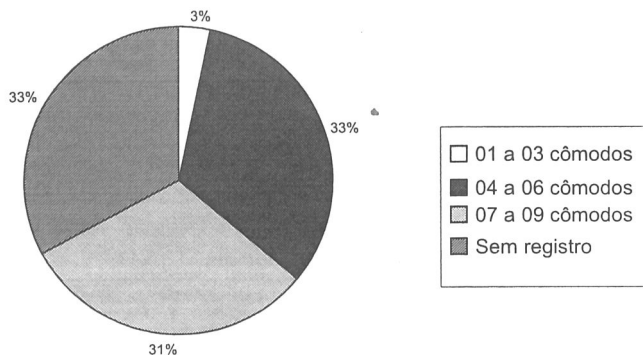
vida social. A Constituição Federal, no seu artigo 227, determina que sejam a eles assegurados os direitos inerentes à cidadania, tais como o direito à vida, saúde, alimentação, educação, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e social, em condições de liberdade e dignidade. (GENOFRE in CARVALHO - Org., 1995, p.102).



**Gráfico 5.** Natureza da residência dos assistidos.

**Fonte:** Dados coletados a partir do arquivo da Equipe Interdisciplinar da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Macaíba referente a Abril/2005 a Abril/2006.

Verifica-se um percentual considerável de imóveis próprios, porém, em alguns casos, observa-se condições habitacionais precárias e inadequadas (sem ventilação e/ou condições higiênicas) e, em outros, percebe-se uma adequada organização doméstica, o que gera satisfação no momento da investigação social por parte dos técnicos envolvidos.

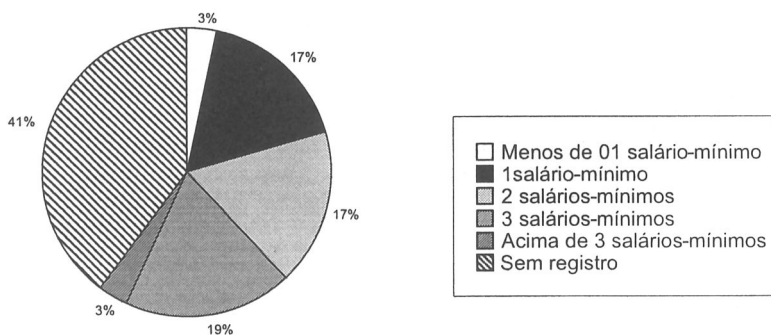


**Gráfico 6.** Residência dos assistidos.

**Fonte:** Dados coletados a partir do arquivo da Equipe Interdisciplinar da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Macaíba referente a Abril/2005 a Abril/2006.

Observa-se que temos residências amplas e outras; bastante reduzidas fisicamente, o que não promove nenhum tipo de privacidade entre os membros da família, uma vez que casais acabam compartilhando seu dormitório com filhos ou outros membros da família. Essa situação pode provocar problemas familiares (desvio de conduta/iniciação sexual precoce).

Cabe registrar que nesta tabulação foi contabilizado espaços físicos como: banheiro e área de serviço.



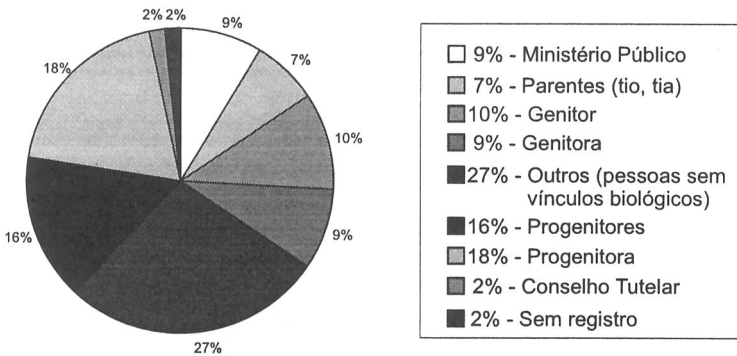
**Gráfico 7.** Renda familiar dos assistidos.

**Fonte:** Dados coletados a partir do arquivo da Equipe Interdisciplinar da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Macaíba referente a Abril/2005 a Abril/2006.

Percebe-se que a renda familiar é reduzida sendo agravada com o baixo grau de escolaridade dos assistidos. Verifica-se a existência de ocupação profissional esporádica e/ou a manutenção familiar sendo processada através de uma aposentadoria correspondente, muitas vezes, ao valor do salário-mínimo vigente.

Em algumas situações, a condição de pobreza se apresenta de forma evidente, reforçando a complexidade da questão social com suas múltiplas expressões e manifestações sociais.

Na contemporaneidade, percebe-se que a pobreza é a manifestação direta das relações sociais existentes na sociedade, não se reduzindo às privações materiais. Conforme Yasbek, a pobreza (2003, p.63): "(...). Alcança o plano espiritual, moral e político dos indivíduos submetidos aos problemas da sobrevivência. Martins mostra que a pobreza, muito mais que falta de comida e de habitação, é '*carência de direitos, de possibilidades, de esperança*'. (...)".

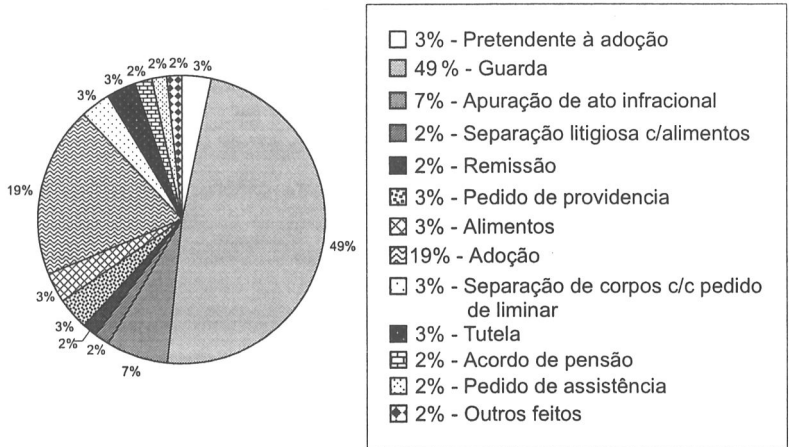


**Gráfico 8.** Requerentes da ação.

**Fonte:** Dados coletados a partir do arquivo da Equipe Interdisciplinar da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Macaíba referente a Abril/2005 a Abril/2006.

No gráfico acima, percebe-se que as ações são pleiteadas de acordo com os interesses dos requerentes. Temos um percentual acentuado de pessoas que não têm vínculos biológicos com os assistidos, mas que estão interessados em regularizar determinadas situações vivenciadas, como: guarda, adoção. As progenitoras e os progenitores (o casal de avós) são segmentos presentes na vida dos assistidos, geralmente na busca da regularização da guarda.

É interessante indicar que não se verifica a presença do progenitor nos processos judiciais dissociados da participação da progenitora. E, em outras situações, temos o Ministério Público se manifestando quando da ausência de representantes para requerer a ação em favor dos interesses dos assistidos (criança e adolescente) com respaldo no Art. 201 do Estatuto.



**Gráfico 9.** Tipo da ação.

**Fonte:** Dados coletados a partir do arquivo da Equipe Interdisciplinar da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Macaíba referente a Abril/2005 a Abril/2006.

No gráfico supramencionado temos a predominância de procedimentos de guarda, adoção, seguido da solicitação de apuração de ato infracional.

A guarda se destina a regularizar a posse de fato, excepcionalmente para atender situações peculiares e supressão da ausência eventual dos genitores. No Artigo 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - temos que: "A guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais". (BRASIL, 2005).

A guarda não sofre o rigorismo do procedimento da adoção, uma vez que pode ser modificada, caso se constate que a realidade fática está sendo danosa para o guardando. A guarda é um instituto protetivo, sendo revogável em qualquer época (Cf, CURY, 2002).

A adoção é um procedimento irrevogável, que deve primar pelos direitos e os interesses da infância e da adolescência. A ação demanda um estudo psicossocial, com realização de oitiva com os genitores da infante e as partes envolvidas para verificar se estão de acordo com a adoção e se têm conhecimento da irrevogabilidade e seriedade da ação de acordo com o Art. 48 do Estatuto.

A apuração de ato infracional envolve adolescentes que praticam contravenções e que de acordo com a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 devem ser assistidos pelas medidas sócio-educativas – Art. 112 do ECA.

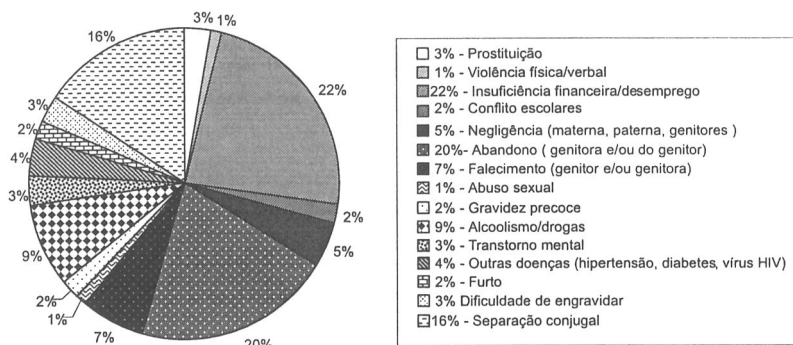
A situação-problema constitui-se de fatores sociais como: insuficiência financeira/desemprego; abandono da genitora e/ou do genitor; separação conjugal; alcoolismo/drogas; falecimentos do genitor e/ou genitora; negligência e outros. Esse contexto descreve o estado de vulnerabilidade pessoal e social que as famílias visitadas estão expostas.

Conforme Carvalho (1995), a crescente interdependência decorrente do processo de globalização, tem colocado a família brasileira em acelerado processo de empobrecimento, alterando sua estrutura, seu sistema de relações, papéis sociais e formas de reprodução social.

O retrato social do Brasil revela cores sombrias, evidenciando que, na sociedade brasileira, uma enorme dívida continua em aberto: 23% da população que trabalha ganha

menos de um quarto do salário mínimo. No Nordeste, esta cifra é de 44%. O país apresenta um dos mais baixos níveis salariais do mundo". (YASBEK, 2003, p.14).

No momento das visitas, o profissional se aproxima da realidade de milhares de brasileiros, na qual a fome e o desemprego fazem parte do cenário social. E, neste cotidiano, se impõem as problemáticas sociais que atingem a família, em especial a criança e o adolescente.



**Gráfico 10.** Situação-problema.

**Fonte:** Dados coletados a partir do arquivo da Equipe Interdisciplinar da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Macaíba referente a Abril/2005 a Abril/2006.

## CONSIDERAÇÕES

O trabalho na área jurídica vem se colocando com uma troca de saberes que busca alternativas mais viáveis às mais diversas situações sociais e vem contando com o apoio imprescindível das autoridades judiciárias.

Cabe ressaltar que o trabalho realizado na Comarca de Macaíba vem promovendo aos profissionais envolvidos nas atividades dos

estudos psicossociais a verificação das condições sociais “in loco”. É através das visitas domiciliares que se verifica a aproximação do real, da vida cotidiana. Nas visitas se presencia fatos interessantes da vida diária dos assistidos, como por exemplo: discussão familiar sem nenhum constrangimento, privação material (na residência só ter café, como alimento do dia), bem como contradições materiais que se expressam a partir da constatação da ausência de objetos/utensílios domésticos considerados básicos da rotina doméstica – fogão – e, em contrapartida, há a constatação da existência do aparelho celular fazendo parte deste contexto sócio-familiar.

A visita domiciliar oportuniza conhecer as condições da residência, bairro e apreender aspectos do cotidiano dos sujeitos, o que leva a uma maior fidedignidade da leitura da realidade social dos envolvidos nas ações judiciais.

É bom lembrar que os locais das visitas se concretizam nos mais variados espaços físicos: prostíbulo, favela, espaços considerados insalubres e perigosos, face à comunidade local.

No decorrer da visita domiciliar, outros instrumentos são utilizados como a observação técnica, a entrevista. Esta é um instrumento que possibilita a compreensão das situações sociais, da contextualização da dinâmica dos conflitos.

“O dialogo é o elemento fundamental da entrevista, exigindo dos profissionais a qualificação necessária para desenvolvê-lo com base em princípios éticos, teóricos e metodológicos, na direção da garantia de direitos” (FÁVERO et al., 2005, p.121).

O trabalho realizado também sinaliza para as limitações dos profissionais inseridos no judiciário, no momento em que a questão tratada extrapola a esfera jurídica e assume conotações sociais, nas quais as dimensões são conflituosas, dinâmicas e desiguais.

As questões sociais brasileiras têm suas raízes numa formação sócio-histórica com traços de repressão, superexploração, pauperismo, segregação e repercutem na família, na comunidade e na sociedade.

A família é uma estrutura social que precisa de políticas sociais eficientes e equitativas. Existe a necessidade premente de inclusão e

promoção social, através de ações que privilegiem o desenvolvimento humano, com vistas ao cumprimento de dispositivos legais que assegurem a liberdade e a dignidade humana.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: MEC, ACS, 2005.

CARVALHO, M.C.B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995.

CFESS (Org.). **O Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CURY, M., et al. (Coords.). **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. Comentários jurídicos e sociais. 4ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

FÁVERO, E.T., et al. (Orgs.). **O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário**. Construindo saberes, conquistando direitos. São Paulo: Cortez, 2005.

PIZZOL, A.D. **Estudo social ou perícia social? Um estudo teórico-prático na justiça catarinense**. Florianópolis: Insular, 2005.

YASBEK, M.C. **Classes subalternas e assistência social**. 4ed. São Paulo: Cortez, 2003.



## **Instruções aos autores para as próximas publicações**

A revista Cadernos de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social/PUC-Campinas periódico semestral, é distribuída para as Universidades e regiões do país. Aceita trabalhos na área de: Serviço Social, Políticas Públicas, Ciências Humanas, Educação, Filosofia e outras áreas afins, com enfoque em práticas sociais.

Os trabalhos deverão ser digitados no programa Word 6.0 ou 7.0 for Windows, com espaço 1,5 e letra arial tamanho 10, margens esquerda 3 cm e demais 2,0 cm, disquete 3 1/2.

- Encaminhar disquete e duas cópias em papel.
- Os trabalhos deverão conter resumo, abstract, palavras-chave e key words.
- Texto contendo aproximadamente até 25 páginas.
- Enviar, em folha avulsa, nome completo, endereço, e-mail, título do trabalho e instituição de origem para contatos posteriores.
- Ao título do trabalho deverá seguir o nome do autor/autores e em nota de rodapé devem constar instituição à qual o autor é vinculado bem como demais dados referentes ao artigo.

Tabelas, quadros e legendas deverão vir referidos no texto.

A bibliografia deve seguir as normas da NBR 6023: 2000 da ABNT.

Cabe ao Conselho Editorial propor alterações necessárias para a sua publicação, aos artigos não selecionados os autores serão informados.

Os trabalhos deverão ser enviados para:

Prof<sup>a</sup>. Sandra Corrêa Forster Joanini

PUC-CAMPINAS / Prédio Central

Núcleo de Informática e Publicação / Sala 268

Rua Marechal Deodoro, 1099 Centro

CEP: 13010-920 Campinas – SP

E-mail: [revistas.ccsa@puc-campinas.edu.br](mailto:revistas.ccsa@puc-campinas.edu.br)

Fone: (0xx19) 3735-5812





---

CADERNOS DE SERVIÇO SOCIAL  
Nº 30/31 - PUC-Campinas - JANEIRO/DEZEMBRO 2007

---

---

Os textos apresentados nesta publicação são de inteira responsabilidade dos autores, e nenhuma arte desta obra pode ser reproduzida sem autorização Expressa dos autores.

---

---

CADERNOS DE SERVIÇO SOCIAL é uma edição semestral  
Faculdade de Serviço Social - PUC-Campinas  
Rodovia Dom Pedro I, km 136  
Parque das Universidades - Campinas - SP  
CEP 13086-900  
Caixa Postal nº 317 - CEP 13012-970  
E-mail: [fss@puc-campinas.edu.br](mailto:fss@puc-campinas.edu.br)  
Telefone (019) 3343-7079 FAX: (019) 3343-7019

---

